



**CONGREGAÇÃO DAS
IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA
PROVÍNCIA DO CORAÇÃO DE JESUS
SOCIEDADE DIVINA PROVIDÊNCIA
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PASTORAL
DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

2023

© Sociedade Divina Providência



Rede Divina Providência
Rua Hermann Blumenau, 102 - Centro
88020-020 - Florianópolis - SC

Sociedade Divina Providência
Projeto Político Pedagógico Pastoral da
Educação Básica. - 1. Ed. - Florianópolis/SC: SDP, 2023.

Todos direitos reservados à Sociedade Divina Providência

rededivinaprovidencia.org.br

Diretoria SDP

Irmã Adelaide Marcelino Pereira, Diretora Presidente
Irmã Rita Fambömel, Diretora Vice-Presidente
Irmã Rosiléa Aparecida Maia, Diretora Secretária
Irmã Jacira Maria dos Santos, Diretora Tesoureira

Equipe revisora

Adelina Dalmônico, Colégio dos Santos Anjos
Adriano Magri, Colégio Stella Maris
Irmã Ana Besel, Colégio Sagrada Família
Irmã Bernadete, Colégio Stella Maris
Emerson Correia da Silva, Sociedade Divina Providência
Irmã Hilda Maria de Jesus, CEI N.S. do Mont Serrat
Juliana Faust Schlickmann, Colégio São José
Juliana T. R. Floriani, Colégio Sagrada Família
Irmã Rita Famböel, Colégio São José
Salete Inês Rambo, CEI N.S. do Mont Serrat
Veranice R. Ferreira da Silva, Colégio São José
Viviane de C. Romão L. dos Santos, Colégio dos Santos Anjos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO	11
A Congregação das Irmãs da Divina Providência	11
Missão da Rede Divina Providência	12
Valores	13
Objetivo	13
As Primeiras Irmãs da Divina Providência no Brasil	14
O Colégio Sagrada Família	15
O Colégio São José	18
O Colégio dos Santos Anjos	19
O Colégio Stella Maris	21
O Centro de Educação Infantil Nossa Senhora do Mont Serrat	23
A Rede Divina Providência	25
2. PAPEL DA ESCOLA	33
Singularidades pedagógicas do carisma das IDP	33
Sensibilidade	35
Comprometimento	36
Planejamento	37
Empreendedorismo	38
Providência	39
Concepção de mundo: Contexto e Educação	43
Mudança é a regra, estabilidade a exceção: o avanço das tecnologias	45
Os impactos da Inteligência Artificial	47

Por uma visão integral da inteligência	49
O olhar de esperança da Divina Providência	51
Concepção de ser humano	54
Concepção de Educação	59
Concepção de Educador	62
Concepção de Educando	67
Concepção de Currículo e Avaliação	68
3. PROPOSTA CURRICULAR	73
Cursos	76
Educação Infantil	78
Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	79
Ensino Fundamental (Anos Finais)	79
Ensino Médio	80
Atividades Complementares	80
Educação Infantil	81
Competências Específicas para o Ensino Médio	87
Competências Específicas de Linguagens e suas Tecnologias para o Ensino Médio	87
Competências Específicas de Matemática e suas Tecnologias para o Ensino Médio	89
Competências Específicas de Ciências da Natureza e suas tecnologias para o Ensino Médio	90
Competências Específicas para Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio	91
Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	92
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	93
Apoio Pedagógico Domiciliar	97
Sistema de Avaliação	99

Avaliação na Educação Infantil	104
Avaliação do Ensino Fundamental (1.º Ano)	106
Avaliação no Ensino Fundamental (2.º ao 9.º Ano) e Ensino Médio	107
Avaliação no Trimestre	108
Recuperação da Aprendizagem	110
Aprovação ao Fim do Ano Letivo	111
Segunda Chamada	112
Revisão de Provas de Exame Final	113
Conselho de Classe	114
4. GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO TRABALHO PEDAGÓGICO	117
Organização e Práticas da Gestão Administrativa	117
Organograma da Sociedade Divina Providência	121
Organograma da Unidade	122
Atendimento ao Aluno	123
Capacitação docente	124
Avaliação Institucional	127
Avaliação Interna	128
Metodologia	131
5. Dimensão física	136
Estrutura Física	136
6. Metas, ações e responsáveis	137
7. Considerações finais	138
Referências	140

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
PASTORAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA
REDE DIVINA PROVIDÊNCIA

APRESENTAÇÃO

Apresentamos aqui o Projeto Político Pedagógico Pastoral da Educação Básica da Rede Divina Providência (RDP). Neste documento, desenvolvemos uma proposta educacional que se encarna para gerar vida e traduz o propósito da Rede Divina Providência com a educação de promover e defender a vida, atuando na educação e na assistência social, à luz do carisma e espiritualidade das Irmãs da Divina Providência.

Por isso, concentra o que há de mais singular da Palavra desde a Congregação das Irmãs da Divina Providência e seu potencial de gerar vida pela resposta às necessidades educacionais históricas. O encontro da Palavra com a existência é uma experiência educacional bem-sucedida.

Neste Projeto mostramos nossa intencionalidade quanto ao desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens, educadores(as). Sendo **P**rojeto é também Providência. É **P**olítico, pois contém uma visão de ser humano, mundo e sociedade. E sua concretização se envolve com a formação de cidadãos. É **P**edagógico, porque se desenvolve como processo, percurso planejado para gerar aprendizagens em uma determinada concepção educacional. É **P**astoral no sentido de conter o espírito/propósito que provê, cuida e conduz a vida. Assim, na

Rede Divina Providência, temos um Projeto Político Pedagógico Pastoral – PPPP.

A inspiração maior do PPPP na Rede Divina Providência é a Palavra de Deus e o sentido originário do carisma atualizado. Seu ponto de partida são as necessidades educacionais em cada nova época. Seus interlocutores são os educandos, educadores, famílias, comunidade local e sociedade global, dialogando com as ciências e as artes, mantendo-se aberta aos desconhecidos e aos mistérios.

Vislumbramos um projeto que oriente um caminhar pela via da aprendizagem significativa, ativa e crítica, que articule programas e propostas voltados para o cuidar humano, o cuidar da vida, da natureza, das relações; o cuidar da saúde, do outro e o cuidar dos sonhos de cada um.

O desejo é imenso, o desafio, grande e complexo, e por isso não pode ser enfrentado com ações isoladas ou projetos desarticulados e sem continuidade, não esquecendo também que o mundo contemporâneo se caracteriza pela informação e pela velocidade com que se realizam as mudanças e as novas articulações locais, regionais e mundiais. Neste contexto formamos pessoas que se relacionam harmonicamente com a sociedade, que buscam mudar a sociedade para o bem e justiça, que se relacionem com a tecnologia de forma construtiva e produtiva.

O Projeto Político Pedagógico de uma escola católica tem o seu fundamento em Jesus Cristo, protótipo e síntese entre o humano e o divino, integrando harmoniosamente fé, cultura e vida. Esse documento é também um aliado para manter vivas em

todos os integrantes da comunidade educativa a esperança e a imaginação como propulsoras de utopias, de inovações nos processos pedagógicos.

Ao elaborar o Projeto Político Pedagógico Pastoral, as instituições que compõem a Rede Divina Providência tiveram a oportunidade de rever a prática pedagógica com base em concepções e fundamentos éticos, religiosos, filosóficos, epistemológicos e metodológicos, capazes de balizar as complexas interações do processo educacional, o que envolveu estudos, debates, determinações, ações individuais e coletivas.

Partiu-se da leitura e reflexão do Projeto Político Pedagógico, 3.^a edição, de 2016, para elaborar e reelaborar os diversos textos que compõem o documento. Partiu-se também do Documento Base da Rede Divina Providência, debatido entre as unidades e equipes de trabalho no ano de 2022. Foram também revisados os mapas conceituais e a fundamentação teórica de cada disciplina do currículo, bem como os respectivos quadros de ênfase dos conceitos essenciais à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e legislações vigentes.

Afirma-se neste documento o respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, em que a comunidade escolar tem garantidos e incentivados os espaços para expor suas ideias e pensamentos. Do mesmo modo, os docentes são motivados a aprimorarem sua prática, buscando a excelência acadêmica, de forma ética, transparente, a qualidade da aprendizagem para superar desigualdades.

Afirma-se também o respeito aos valores estéticos, políticos e éticos, visando o desenvolvimento do estudante para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse processo desafiador, os colégios Sagrada Família, Santos Anjos, São José e Stella Maris e Centro de Educação Infantil Nossa Senhora do Monte Serrat, inspirados no histórico da Congregação das Irmãs da Divina Providência, nos valores do carisma, na legislação em vigor, no contexto da atualidade e nos fundamentos teórico-metodológicos, (re)construíram seu Projeto Político Pedagógico Pastoral.

Assim, integram este documento o histórico da Congregação das Irmãs da Divina Providência, o histórico de cada um dos colégios que compõem a Rede Divina Providência, missão e valores da congregação e os pressupostos teóricos que fundamentam o processo de ensino e aprendizagem, as funções da escola, a proposta curricular, a gestão administrativa-pedagógica e os aspectos físicos e financeiros.

Com o Projeto Político Pedagógico Pastoral, os(as) gestores(as), professores(as), colaboradores(as), familiares e estudantes podem orientar e avaliar sua prática de maneira situada e comprometida com a missão e os valores da Congregação das Irmãs da Divina Providência.

Que os referenciais do Projeto Político Pedagógico Pastoral sejam um convite para pensar diversas alternativas possíveis para a educação, articulando o pedagógico e o administrativo na perspectiva de uma cultura de paz, alegria e esperança em todos os momentos do cotidiano escolar.

1. IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO

A Congregação das Irmãs da Divina Providência

O Sacerdote Eduardo Michelis, impressionado pela miséria social, pelo desamparo físico e intelectual e pelas necessidades morais e espirituais das crianças e dos órfãos das camadas populares mais pobres da cidade de Münster, na Alemanha, reconheceu, à luz de sua profunda fé na Divina Providência, um apelo de Deus nesse desafio da época; e, acolhendo esse apelo, respondeu com uma atitude de amor cristão, fundando a Congregação das Irmãs da Divina Providência, no dia 3 de novembro de 1842.

Eduardo Michelis era um sacerdote de rara inteligência e profunda piedade. Nutria um grande sonho e desejo de ser educador, para o que se preparava com zelo. Por motivos adversos, pôde realizar em parte o seu plano de vida. Mas o seu desejo profundo materializa-se na obra e missão ora fundada.

Sobre o começo da Congregação das Irmãs da Divina Providência, em escrito original de Eduardo Michelis, de 26 de abril de 1845, lê-se: “ao plano de fundar em St. Mauritz um novo orfanato para meninas, a comissão responsável juntava a ideia de dar início a uma nova congregação feminina, que pudesse assumir a direção de instituições de caridade com atividade educativa e também escolas de ensino básico”.

Em pouco tempo, a semente lançada por Michelis produziu muitos frutos. Hoje estamos presentes na Europa, América Latina, Ásia e África, atuando em educação, saúde, assistência social, pastorais diversas e áreas missionárias.

As Irmãs da Divina Providência chegaram ao Brasil em 1895, iniciando, com muita renúncia e espírito de sacrifício, as suas atividades, principalmente em escolas, hospitais e catequese.

Tendo atuado em terras brasileiras durante 16 anos, com imenso esforço e dedicação, a Província Coração de Jesus fundou, para efeitos de melhor organização e administração, a Sociedade Divina Providência, associação sem fins econômicos (artigo 53 das Constituições da Congregação), de direito privado, no dia 10 de novembro de 1911, na capital do Estado de Santa Catarina.

A Sociedade Divina Providência tem sua sede na Rua Hermann Blumenau, 102, na cidade de Florianópolis – Santa Catarina.

Missão da Rede Divina Providência

Promover e defender a vida, atuando na educação e na assistência social, à luz do carisma e espiritualidade das Irmãs da Divina Providência.

Valores

- Fé, confiança e gratidão.
- Alegria, abertura e acolhida.
- Simplicidade, empatia.
- Ética e equidade.
- Esperança, excelência e inovação.
- Sustentabilidade e solidariedade.

Objetivo

Desenvolver um processo educacional de crescimento e formação integral do ser humano, alicerçado em princípios ético-cristãos e no carisma e espiritualidade das Irmãs da Divina Providência.

A **Sociedade Divina Providência** mantém as seguintes filiais que compõem a **Rede Divina Providência**:

- Colégio Sagrada Família, de Blumenau;
- Colégio São José, de Tubarão;
- Colégio dos Santos Anjos, de Joinville;
- Colégio Stella Maris, de Laguna;
- Centro de Educação Infantil Nossa Senhora do Mont Serrat, de Florianópolis.

A Rede Divina Providência atua em consonância com as obrigações legais, éticas, morais e espirituais, desenvolvendo nos estudantes valores estéticos, políticos e éticos, visando o desenvolvimento do estudante para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Desenvolvendo educação de

qualidade para superar desigualdades e com respeito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

As Primeiras Irmãs da Divina Providência no Brasil

Um novo e grande projeto levou o Reverendo Padre Francisco Topp, então vigário de São Ludgero, de volta à Alemanha no ano de 1894, em busca de uma ajuda diferente para as já florescentes comunidades alemãs de Santa Catarina e as outras realidades que vinha encontrando no estado: faltava a colaboração feminina, faltavam Irmãs para abrir colégios e assim promover a cultura das jovens gerações, assim como para abrir hospitais, promovendo a saúde, e para auxiliar na catequese, fomentando a religiosidade do povo.

Entre outras congregações, Padre Topp pediu à Congregação das Irmãs da Divina Providência, com sede em Münster, Alemanha, que enviasse Irmãs ao sul do Brasil para desenvolver uma missão evangelizadora. Mesmo não estando nos planos da congregação as missões estrangeiras, a Irmã Bertha Barthmann, superiora geral, deu o “sim” para tais trabalhos. Com essa permissão, 90 Irmãs apresentaram-se para ir às missões, das quais as seis primeiras partiram de Münster para o Brasil em companhia do Padre Francisco Topp, em 11 de fevereiro de 1895.

No dia 27 de março de 1895, a ilha de Santa Catarina foi a “terra da promessa”, que se abriu às generosas pioneiras, cansadas por conta de tantas emoções e aventuras da viagem,

mas ansiosas por dar início ao seu ideal missionário. Por alguns dias, as Irmãs encontraram cordial acolhida em casa do comerciante alemão Francisco Brüggermann. Refazendo-se da fadiga e da travessia além-mar, chegou o momento de partir.

Em 31 de março de 1895, as Irmãs Anna Niemeyer, Rufina Weyermann e Paula Emping rumaram para Blumenau. E em 11 de abril de 1895, após duas semanas de espera, as Irmãs Albina Fuhrmann, Albertina Köhler e Osvalda Wegener partiram para Tubarão.

Blumenau e Tubarão, cada qual com a sua prerrogativa própria, presença e atuação de centenas de Irmãs da Divina Providência no Brasil, prolongamento, no tempo e no espaço, a presença e atuação corajosa e idealista das seis pioneiras do fim do século (FUCK, 1995, p. 34).

O Colégio Sagrada Família

Ao falar de Blumenau, naturalmente se fala do Colégio Sagrada Família, dirigido desde a sua fundação até os dias atuais pela Congregação das Irmãs da Divina Providência. Essa centenária instituição de ensino é, sem dúvida, parte do patrimônio científico e cultural da cidade, bem como faz parte de muitas memórias vivenciadas por várias gerações que tiveram a sua vida escolar marcada por esse centenário colégio.

Em 31 de março de 1895, as Irmãs Paula Emping, Anna Niemeyer e Rufina Weyermann partiram para Itajaí num pequeno barco a vapor. Seguiu-se uma viagem de cinco horas de

carroça e mulas até Brusque. Também aí foram gentilmente acolhidas por uma família alemã, do comerciante Krämer. Vendo no momento, nesse desvio de rota, um desígnio da Providência, começaram logo o seu trabalho na escola do lugar. Fatores vários as fizeram entender que deveriam ir adiante. Assim, mais uma vez, as três pioneiras puseram-se a caminho, chegando a Blumenau em 27 de abril de 1895. Foram acolhidas pelos padres franciscanos que as aguardavam com muita ansiedade para dar início às tarefas voltadas para as atividades domésticas, os trabalhos manuais e a costura. Assim, o trabalho das Irmãs era ensinar a língua alemã e orientar jovens e adultos em tudo o que fosse necessário para a vida. A primeira fonte de renda para a casa foi o ensino de música, trabalhos manuais e língua estrangeira e, mais tarde, a confecção de paramentos. Paralelamente a tais atividades as Irmãs também se dedicavam à enfermagem, e anos mais tarde foi construído o Hospital Santa Isabel, que, com as bênçãos de Deus, em 2009 completou o seu centenário. As enfermeiras formadas na Alemanha, Irmã Rufina e Irmã Roberta, cuidavam de muitos pacientes, atendendo também os municípios vizinhos como Pomerode, Poço Grande e Itajaí.

O Colégio Sagrada Família recebeu essa denominação, pois, aberto e construído com muito sacrifício, foi colocado sob o patrocínio da “Sagrada Família”. Sob esse espírito evangelizador, completou em 2022 seus 127 anos de fundação, acolhendo alunos da educação infantil ao ensino médio.

Quando o colégio foi fundado, matricularam-se em sistema de internato apenas alunas que eram filhas das famílias

de melhores condições financeiras de Blumenau e das redondezas, sendo os rapazes aceitos somente a partir de 1970. Hoje o colégio conta com aproximadamente 1.500 alunos, tanto meninas quanto meninos, das mais diferentes idades, religiões e classes sociais.

Em 1959 o colégio abriu a Escola de Economia Doméstica (hoje extinta), atendendo jovens da sociedade blumenauense com aulas de culinária, costura, bordado e administração do lar, ministradas pelas Irmãs. Naquele tempo era necessário a jovem ter todo um conhecimento voltado para atividades domésticas, afinal, muitas se tornariam donas de casa. O Curso Normal, aberto e aprovado oficialmente em 1961, iniciou efetivamente as suas atividades em 1962, e no ano de 1972 o Colégio Sagrada Família foi o primeiro estabelecimento de ensino em Blumenau a implantar cursos profissionalizantes em nível de 2.º grau, atualmente extintos.

Ao andar pelos corredores da nossa instituição é possível afirmar que a nostalgia dos tempos antigos se confunde com a modernidade das novas gerações e equipamentos, pois o Colégio Sagrada Família, ao longo da sua história, procura mesclar, preservar e modernizar o que assim é necessário.

O Colégio Sagrada Família, em seus mais de 120 anos de história, mantém como base de toda a sua existência continuar o desafio iniciado pelas três guerreiras Irmãs fundadoras da instituição, isto é, promover educação de excelência, voltada para a vida do ser humano, causando a sua real transformação.

O Colégio São José

Tubarão, uma pequena cidade do sul do estado de Santa Catarina, teve seu início aproximadamente em 1773. A Esquadra Espanhola fechou a barra da Lagoa dos Patos, tornando-se necessária a abertura de outro caminho que ligasse Lages a Laguna, dando origem a Tubarão, cuja primeira denominação oficial foi Poço Grande do Rio Tubarão. Em 1833, tornou-se o 5.º Distrito de Laguna. O rio deu nome à cidade. Em 27 de maio de 1870, Tubarão desmembrou-se do município de Laguna. Os tubaronenses são de origem portuguesa, com predomínio de açorianos e vicentinos. Após 25 anos de sua emancipação, chegaram à cidade as Irmãs Albina Fuhrmann, Osvalda Wegener e Albertina Köhler. Depois de inúmeras dificuldades, adquiriram uma pequena residência, ladeada de um terreno gramado: o primeiro convento. Em 4 de junho de 1895, iniciavam sua ação numa pequena escola.

Com curiosidade se questiona o porquê da devoção a São José pelas Irmãs pioneiras. De acordo com dados existentes nas crônicas da escola daquela época, é possível perceber quais fatores motivaram as Irmãs a acreditar ainda mais em sua devoção em São José. Em 1911, grandes enchentes do Rio Tubarão tiveram como consequências doenças contagiosas que atingiram toda a população, momento em que as Irmãs depositaram toda fé e confiança na Divina Providência e em São José, e atribuíram a superação desses males, a essa fé e esperança firme.

Em 1918 outro surto de epidemia da “gripe espanhola” atingiu novamente a região de Tubarão. O Colégio São José não ficou isento. Irmã Theônia, não conseguindo vencer o mau momento antes de sua morte, contou, com toda a lucidez, que durante sua vida alcançou muitas graças por intermédio de São José. Suas últimas palavras foram: “Ó São José, venha me buscar!”.

Outra experiência forte foi quando as Irmãs tiveram, em 1927, uma dificuldade financeira e rezaram a São José, pedindo sua ajuda. No mesmo dia, apareceram pessoas que as surpreenderam com auxílios, os quais durante algum tempo lhes permitiram superar as circunstâncias críticas.

Em 1951 o colégio recebeu de presente da família Ghizoni uma linda imagem de São José. Assim, em 1953, o Padre Topp benzeu uma pequena sala que passou a servir de capela.

Reconhecido pelo tradicional e, ao mesmo tempo, pelo contemporâneo, o Colégio São José, cuja solidez na educação é relevante, oportuniza sempre um ensino de excelência, atendendo a educação básica.

O Colégio dos Santos Anjos

Quem chega a Joinville pode observar em frente à Catedral Diocesana uma acolhedora escola em meio ao verde e às flores. É o Colégio dos Santos Anjos, que tem uma longa história. Nasceu pequeno e pobre, fundado em 1907 pelo Padre

José Sundrup, vigário da época, com o objetivo de dar formação cristã e católica aos filhos dos seus paroquianos. No seu primeiro ano de existência, a escola funcionou com 32 alunos e, no ano seguinte, com 85.

A convite do Padre Sundrup, chegaram a Joinville, em 18 de janeiro de 1909, quatro Irmãs da Divina Providência que assumiram a administração da escola. Foram as Irmãs Fidelis, Leonilla, Evangelista e Lintrudis. Em seguida, a matrícula foi elevada para 234 alunos.

Nesse período, as turmas eram separadas de acordo com a língua falada pelas crianças. As turmas de língua portuguesa funcionavam numa pequena casa, que servia de moradia para as Irmãs, e as demais, de língua alemã, na sacristia da igreja paroquial, mais tarde catedral, e em outras salas alugadas na cidade.

Desde então, seguiu-se uma longa e laboriosa história: ensino de qualidade, bilíngue (alemão e português), constantes construções para ampliação dos espaços, adaptações da estrutura física e permanentes melhorias pedagógicas. Era uma simples escola paroquial, no seu início, mas transformou-se no Colégio dos Santos Anjos, com externato, internato, semi-internato, cursos, atividades curriculares e extracurriculares variadas. Formavam-se aí normalistas que difundiram, eficazmente, o saber e a cultura pelas mais diversas localidades da cidade e da região.

Passou, desde o seu início, por muitos momentos de progresso, alegrias, mas também por adversidades, as mais variadas. Julgava-se que tudo estava bem quando, para construir

a Avenida Juscelino Kubitschek, o colégio foi significativamente desapropriado em 1975. E começou quase tudo de novo com reconstruções, ampliações e adaptações.

Felizmente, sempre houve pessoas e fatos providenciais que ajudaram a superar as dificuldades, e a escola pôde continuar, sem interrupção, oferecendo aos seus alunos um ambiente privilegiado de educação com princípios voltados para a educação integral do ser humano. Dessa forma, o processo fluiu normalmente e levou a excelentes resultados os educandos que frequentaram a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Hoje, após 116 anos de idealismo, amor, espírito de fé e confiança em Deus, o esforço, a presença e a atuação marcaram positivamente a história cultural e profissional dos que moram em Joinville, a Terra dos Príncipes. Vemos no Colégio dos Santos Anjos tradição, evolução, qualidade, ambiente familiar, valiosa contribuição para o desenvolvimento da cidade e do norte do estado.

O Colégio Stella Maris

Localizado no sul do estado de Santa Catarina, Laguna é uma das cidades mais antigas e situa-se na península do mesmo nome. O lagunense, conhecedor do trabalho educacional e de catequese que as Irmãs da Divina Providência desenvolviam na vizinha cidade de Tubarão e desejando ter para os seus filhos uma educação baseada em princípios religiosos e cristãos,

solicitou Irmãs professoras e catequistas à Congregação. Assim, no mês de fevereiro de 1911, Irmã Amadéia, Superiora Provincial, atendendo ao desejo da população e de seu representante, Senhor Oscar Pinto, liberou Benvenuta, Cupertine e Heraldine, Irmãs professoras, como havia pedido a população.

Chegaram a Laguna no dia 30 do mês de abril do mesmo ano e logo iniciaram seu trabalho educacional, matriculando 62 alunos de várias idades. A escola foi aberta no dia 3 de maio, recebendo o nome de “Stella Maris” – estrela-do-mar.

De 1911 até 1927, funcionou numa casa cedida pela Prefeitura. Em 15 de maio de 1927, foi adquirida pelas Irmãs uma área com uma casa que, reformada, serviu de escola até 1938, quando teve início a construção do novo prédio, no local do atual colégio. As atividades abrangiam aulas no curso elementar, aulas particulares, aulas de música, piano, desenho, pintura, trabalhos manuais, catequese e canto na Igreja Paroquial Santo Antônio. O número de alunos crescia lentamente, mas expressivas eram as atividades culturais, sociais e pastorais.

Muitas foram e continuam sendo as dificuldades enfrentadas e sempre superadas com fé profunda e confiança sem limites na Divina Providência.

Em 1942, com o aparecimento de submarinos do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, a comunidade lagunense permanecia por muito tempo às escuras. Também as Irmãs chegaram a ser intimadas a deixar Laguna, por causa de sua origem (algumas eram alemãs), mas, graças à intervenção do Dr. Nereu Ramos, que declarou às autoridades serem as Irmãs

pessoas inofensivas, elas puderam permanecer e levar em frente sua missão, educando crianças e jovens até os dias atuais.

Desde 2006 o Colégio conta com um amplo Centro Esportivo que atende todas as necessidades esportivas e culturais da comunidade escolar, sendo referência na cidade de Laguna. O Colégio, ao longo de sua história, passou por diversas intervenções e reformulações sempre pautado em proporcionar um ambiente escolar direcionado ao aprendizado e bem-estar de toda comunidade educativa. A mais recente ocorreu em 2018 com uma ampla reforma estrutural e revitalização dos espaços pedagógicos.

O Colégio Stella Maris está atualmente vinculado ao Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, por força dos artigos 17, inciso III, e 18, inciso I, da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, para fins de inspeção, fiscalização e supervisão pedagógica, atendendo à educação básica, Lei Estadual n. 170/1998. Além disso, a educação infantil está vinculada ao sistema municipal de educação.

O Centro de Educação Infantil Nossa Senhora do Mont Serrat

Em 1978 as Irmãs da Divina Providência realizavam seu trabalho de Pastoral na Comunidade Mont Serrat. Aos poucos, as Irmãs perceberam que muitas crianças ficavam sem proteção e segurança, enquanto as mães saíam para o trabalho. Sensibilizadas e a exemplo de seu fundador, Padre Eduardo

Michelis, procuraram acolher e oferecer um atendimento sistemático às crianças. Com a ajuda de pessoas e entidades, criaram o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora do Mont Serrat, atendendo crianças de 4 meses a 5 anos e 11 meses.

Hoje a Sociedade Divina Providência mantém convênio com a Prefeitura de Florianópolis, seguindo orientações pedagógicas e administrativas da Secretaria Municipal de Educação.

O Centro de Educação Infantil Nossa Senhora do Mont Serrat vem proporcionando nesses 44 anos um atendimento gratuito e de qualidade às crianças na formação integral do desenvolvimento humano, fundamentado nos princípios ético-cristãos e no carisma e espiritualidade das Irmãs da Divina Providência. Possui um Projeto Político Pedagógico Pastoral e Regimento Interno próprios, documentos que são construídos com o grupo docente, equipe administrativa e famílias dessa comunidade escolar.

É importante pensar na educação desde o início da vida de uma criança. Dessa forma, apresenta-se uma proposta que visa garantir qualidade no desenvolvimento integral nas dimensões físicas, emocionais/afetivas, intelectuais e espirituais com o intuito de superar as desigualdades de nosso país.

Todo o trabalho desenvolvido vem sendo orientado pelo Projeto Político Pedagógico Pastoral, que resgata a intencionalidade da ação, de modo a dar ressignificação aos sujeitos envolvidos nesse processo e ser de referência nos aspectos educacionais e assistenciais.

Objetiva-se desenvolver atividades didático-pedagógicas que possibilitem às crianças o desenvolvimento das suas potencialidades, de maneira a torná-las cidadãs capazes de atuar e construir uma sociedade mais justa.

O trabalho com as crianças, e as famílias, baseia-se na concepção histórico-crítica, de forma a possibilitar às crianças o resgate e a vivência de sua cultura e o aprendizado por meio dos projetos de sala, dos projetos coletivos, das saídas pedagógicas e das aulas de inglês.

Assim, com a ajuda e o engajamento de todos os envolvidos, o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora do Mont Serrat está a cada dia qualificando o atendimento e procurando fazer o melhor pelas nossas crianças.

“O tempo da sementeira é um tempo sério; assim como semeamos, assim será a colheita que há de sazonar para nós e os outros, para o tempo e a eternidade. ” Padre Eduardo Michelis

A Rede Divina Providência

A Rede Divina Providência apresenta ao longo de sua história um crescimento orgânico no número de alunos. Muito do que se vê ao longo do tempo é resultado do trabalho constante e focado em qualidade e excelência, na visão de fraternidade e comunidade, no atendimento às crianças, jovens e famílias. E

como resultado desse trabalho, as escolas crescem por meio de indicações de estudantes e egressos, bem como dos seus familiares.

Outro ponto importante desse crescimento se dá pelo fato de filhos de egressos estudarem em nossos colégios. Esse fluxo atesta um apreço pelo modo de trabalho, de educar, de ensinar e se relacionar com o ser humano que o carisma das Irmãs da Divina Providência tanto defende. Um ponto fora dessa curva de crescimento, foi o período da crise sanitária, a Pandemia do Coronavírus (COVID-19), que o mundo passou nos anos de 2020 e 2021, houve um decréscimo de em torno de 7,44% no número de estudantes em um dos momentos que as unidades passaram por maior crescimento e contavam com 5.229 matrículas. Nesse período, escolas de todo mundo foram afetadas, pois durante um longo período os estudantes estiveram impossibilitados de frequentarem as aulas presencialmente, o que impeliu dificuldades na manutenção do número de matriculados.

De todo modo, a Rede Divina Providência mostrou resiliência no período, adaptando as formas de ensinar para modelos com interação remota e com uso de tecnologias de informação e comunicação.

No Planejamento Estratégico da Rede Divina Providência, apresentam-se os planos, metas e ações que a Rede compreende como realizáveis e que devem ser buscadas ao longo do período. Em relação ao número de estudantes, entende-se que a recuperação do número de matrículas aos níveis anteriores à pandemia, seja algo realista e plenamente alcançável dentro do período dos próximos 3 (três) anos.

Em síntese, no final do ano de 2022 houve uma recuperação em relação às matrículas, alcançando os números de 4.999 estudantes, já mais próximo dos 5.229 de 2019, antes do início da crise ter afetado nosso país. Em 2023, as matrículas somaram 5033.

Tabela 1 – Matrículas Rede Divina Providência (2014-2023)

N.Alunos/Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Período Integral	127	154	272	308	333	351	275	261	323	370
Infantil	798	771	745	759	804	807	448	655	727	687
Ensino Fundamental	3.069	3.097	3.128	3.110	3.195	3.307	3.291	3.196	3.161	3.173
Ensino Médio	938	860	840	744	747	764	826	811	788	803
Total	4932	4882	4985	4921	5079	5229	4840	4923	4999	5033

Fonte: Sistema Acadêmico

Em relação ao aprendizado, o período foi marcado pelas avaliações dos efeitos do período pandêmico e continuidade das ações pedagógicas. Registraram-se pontos a serem atendidos, como questões psicológicas e de relacionamento no cotidiano, após este tempo de estudos remotos. Também recebemos professores e alunos mais acostumados com o uso de ferramentas tecnológicas, pelo uso intensificado das tecnologias de informação e comunicação no período.

Tabela 2 – Distribuição de Matrículas Por Unidade (2022)

Unidade	Número	Percentual
Colégio dos Santos Anjos	1.650	32,24%
Colégio Sagrada Família	1.650	32,24%
Colégio São José	1.261	24,64%
Colégio Stella Maris	472	9,22%
CEI NS do Mont Serrat	85	1,66%

Fonte: Sistema Acadêmico

Para estudantes com maiores dificuldades foram oferecidas diversas opções de estratégias de recuperação, explicadas mais detalhadamente ao longo deste documento. Entre as estratégias, destaca-se: Projeto personalizado; Atividades diversificadas; Trabalhos em grupo; Revisão de provas; Recuperação periódica e final, entre outras.

Quanto à distribuição do corpo discente em relação à religião declarada temos uma prevalência de 70,48% de católicos, 5,09% de evangélicos e 3,62% de luteranos. Em torno de 12% do corpo discente está distribuído entre as religiões Espírita, Adventista, Presbiteriana, Santos dos Últimos Dias, Protestante, Testemunha de Jeová, Muçulmana e Budismo. Os que não informaram a religião somam 8,11%.

Tabela 3 – Alunos por confissão religiosa (2023)

Religião declarada	Distribuição (%)
Católica	70,48%
Evangélica	5,09%
Luterana	3,62%
Cristã	2,28%
Espírita	1,32%
Adventista	0,08%
Presbiteriana	0,08%
Santos dos Últimos Dias	0,08
Protestante	0,68%
Testemunha de Jeová	0,15%
Muçulmana	0,08%
Budismo	0,03%
Não informado	8,11%

Fonte: Sistema Acadêmico

A distribuição por sexo é de 46,2% masculino, 51,45% feminino e 2,35% não informou.

Quanto à nacionalidade 99,34% são brasileiros, as demais nacionalidades de estudantes da rede estão distribuídas da seguinte forma:

Tabela 4 – Nacionalidade dos estudantes (2023)

Nacionalidade	Percentual
Brasil	97,16%
Não informado	2,48%
Norte Americano	0,08%
Peruana	0,05%
Venezuelana	0,05%
Argentina	0,03%
Boliviana	0,03%
Britânica	0,03%
Espanhola	0,03%
Japonesa	0,03%
Portuguesa	0,03%

Fonte: Sistema Acadêmico

A distribuição de alunos por município de nascimento tem em sua maioria estudantes nascidos em Joinville, Blumenau, Tubarão, Laguna e Florianópolis. Em grande parte, vivem e têm origem no entorno das escolas da rede, vieram de Capitais do Sul e Sudeste ou cidades do interior de Santa Catarina. Os alunos oriundos de outras cidades somam 5,82% e se distribuem por 128 cidades do Brasil, de norte a sul do país.

Tabela 5 – Alunos por município de nascimento (2023)

Aluno - Município Nascimento	Porcentagem
Joinville	30,03%
Blumenau	27,77%
Tubarão	25,88%
Laguna	3,25%
Florianópolis	2,60%
São Paulo	0,94%
Curitiba	0,94%
Porto Alegre	0,69%
Criciúma	0,61%
Rio de Janeiro	0,46%
Balneário Camboriú	0,44%
Lages	0,31%
Chapecó	0,25%
Outras cidades	5,82%

Fonte: Sistema Acadêmico

Tomando o recorte temporal de 2018 a 2022, a taxa de evasão foi de 6,52% em média. Novamente no período destaca-se o ano de 2020 como um período com maior dificuldade em que a média praticamente dobrou em relação aos demais anos. Em 2018 e 2019 as taxas de evasão foram de 5,14% a 6,44%, alcançando 11,90% em 2020.

Tabela 6 – Evasão (2018-2022)

EVASÃO	2018	2019	2020	2021	2022
Educação Infantil	37	57	278	44	36
Ensino Fundamental	124	95	132	81	81
Ensino Médio	74	41	48	23	55
Período Integral	92	76	118	55	75
Total	327	269	576	203	247
Porcentagem (evasão x total de alunos)	6,44%	5,14%	11,90%	4,12%	5,02%

Fonte: Sistema Acadêmico

Para estes números, observados com mais atenção às diferentes etapas, destaca-se a evasão ocorrida no ano de 2020 com números aproximados de 60% na Educação Infantil, 278 estudantes evadidos frente a 57 em 2019. A necessidade de acompanhar de perto as crianças, de cuidar, como a pouca autonomia no uso de tecnologia nessa faixa etária justifica essa situação. Nos anos seguintes o valor foi reduzido para menos de 5%, em direção aos índices praticados na média histórica. As demais etapas não sofreram maiores alterações neste período, mantendo a média entre 2,41% e 6,98%.

2. PAPEL DA ESCOLA

Singularidades pedagógicas do carisma das IDP

A Palavra de Deus se fez carne. Essa sentença do início do evangelho de João condensa uma proposição teológico pedagógica de valor inestimável para os cristãos. Ao se encarnar, Deus se faz ser humano e, por isso, se faz pedagogia. A própria encarnação é um ato de amor-providência.

Em Deus a Palavra é sempre eficaz. Não há palavra vazia, palavrório. Deus diz e a coisa se faz, de modo que a Palavra de Deus é força motriz, ação, criação. Como diz São Paulo, “a Palavra de Deus é viva, eficaz e mais penetrante do que qualquer espada de dois gumes; penetra até atingir espírito, juntas e medulas” (Hb 4,12). Em educação, se exige que cada ação e processo realizado dê conta de construir conhecimento providente e significativo, que atinja as dimensões da existência e se transforme em vida.

Os sinais do verbo na criação carregam também sua intencionalidade, por isso, na história, Palavra de Deus é sempre pedagogia, uma combinação de graça, providência e intencionalidade formativa. Ao mergulhar na busca das singularidades pedagógicas do carisma das Irmãs da Divina Providência encontramos com dois movimentos interconexos, o da encarnação e da elevação, que, pedagogicamente, poderíamos compreender como o aprofundar-se na vida para, desde aí, agir e

viver com profunda confiança processos de desenvolvimento humano que conduzam cada pessoa e a humanidade ao melhor de si.

A finalidade da pedagogia consiste em construir as condições de possibilidade de cada ser humano dizer a própria palavra e de desenvolver o senso coletivo de humanidade. Em dizer a própria palavra reside a autonomia, o protagonismo, a liberdade e a dignidade humana. Mas isso não acontece automaticamente, senão por processos de aprendizagens. “Aprender a dizer a própria palavra é toda a pedagogia e toda a antropologia” (FIORI apud FREIRE, 1987, p. 18). Ser educador(a) é, antes de tudo, aprender a ser e a dizer a própria palavra e, nesse sentido, se entende o termo professor – o que professa. Em seguida, ensinar outras pessoas a fazerem o mesmo e com isso continuar aprendendo.

Esses movimentos interconexos indicam para alguns eixos singulares da Pedagogia da Divina Providência:

- a) Sensibilidade: autoconhecimento, abertura, entrega, acolhimento;
- b) Comprometimento: optar e compreender, assumir e integrar;
- c) Planejamento: propor/planejar, construir projetos;
- d) Empreendedorismo: agir, desenvolver, criar experiências;
- e) Providência: viver a profunda confiança na Providência Divina e na sabedoria humana.

Sensibilidade

Na ótica da singularidade do carisma, sensibilidade diz respeito a sentir, sentido, empatia, compaixão. Sentir é ser tocado, atingido pelas informações que chegam por meio dos sentidos, as que são geradas e processadas internamente e aquelas que nos atingem por meio do mistério, do sagrado, do transcendente. Sentir-se, perceber-se como uma pessoa, com sentimentos, emoções, como um ser único, singular, irrepetível. Envolve o sentido: aquilo que se elabora por meio das experiências e permanece disponível para novas atitudes, ações, comportamentos; aquilo que entendemos como sentido de nossas vidas, nossas motivações, propósitos, sonhos, nossa razão de existir. Tem a ver com empatia, a sensibilidade em relação às outras pessoas, que também são seres únicos em sua dignidade. Diz respeito, ainda, à capacidade de sentir o outro e com o outro e, neste particular, nos reporta ao respeito às diferenças e ao amor ao próximo, especialmente os que mais sofrem.

Se olharmos para o exemplo do nosso fundador, Eduardo Michelis (1813-1855), é possível notar sua profunda sensibilidade. Seu pai cultivava a sensibilidade artística, o que possibilitou a ele viver a experiência da sensibilidade desde o início de sua vida. Sua mãe tinha uma sensibilidade religiosa marcante, expressada em nobres sentimentos. Michelis viveu a sensibilidade pelo mistério, na busca deliberada e no silêncio; pela fé e oração, na confiança em Deus e na paciência pelos processos humanos; pela compaixão para com as crianças órfãs,

os jovens abandonados e sua ousadia em agir para mudar as suas vidas.

Comprometimento

Vem de compromisso, que etimologicamente é composto por *com* – junto; *pro* – em favor de; *missio* – missão. Missão conjunta em favor de um propósito. Um processo de sensibilidade bem-sucedido tem como consequência uma decisão ou opção em dispor-se para um propósito que conduz ao engajamento. Um movimento de serviço, que nasce da liberdade interior e se direciona à alteridade. Gera uma adesão, um assumir, um pacto, uma aliança, uma promessa que se integra à razão de ser da própria vida.

É interessante o modo como Michelis se sentia comprometido, ao mesmo tempo, com Deus e com as crianças órfãs, os jovens e as pessoas abandonadas. Uma força dentro dele movia um impulso para servir. Sentia-se impelido, quase que obrigado por sua própria consciência, a fazer algo em favor dessas pessoas. E esse sentimento era bem maior do que uma emoção de momento. Atingia-lhe as entranhas, de modo a gerar uma espécie de pacto, de aliança entre o que entendia ser a vontade/projeto de Deus e a discrepância com aquela realidade de total abandono. Seu compromisso fez nascer a obra das Irmãs da Divina Providência e a marcou profundamente. Onde há um(a) educador(a) da Divina Providência, aí haverá uma pessoa comprometida com a vida.

Planejamento

Uma pessoa sensibilizada e comprometida busca ou desenvolve motivação e recursos necessários para realizar a missão. Para realizar a missão define metas e percursos, organiza ações para atingi-las, empenha recursos humanos e financeiros, acompanha, repensa, redefine, ressignifica, refaz se for necessário. O Planejamento envolve tanto a projeção organizada da missão como o acompanhamento de sua execução e a garantia de sua excelência. O planejamento, na Rede Divina Providência, envolve e integra sempre **Competências** (saberes), **Habilidades** (capacidades), **Atitudes** (posicionamento), **Valores** (virtude) e **Espiritualidade** (propósito). A operacionalização desta CHAVE gera a excelência da missão.

Para atender ao impulso de dar vida nova às crianças e jovens, Michelis resolveu criar uma obra educacional. Para tanto, precisava de um lugar e de pessoas com a disposição de servir. A casa-luz (primeiro convento da congregação) começou a ser construída em 25 de abril de 1842 e nem sete meses depois já estava pronta (3/11/1842) para abrigar aquelas que seriam a razão de ser da obra: as crianças. Nela imediatamente a missão começou a ganhar forma com duas professoras já formadas, duas outras jovens e dez meninas órfãs. À essa nova Instituição, Michelis dá o nome de Congregação das Irmãs da Divina Providência. E logo tratou de oferecer formação e capacitação

para as que seriam responsáveis pela educação. O que se esperava das Irmãs: profundo amor, grande zelo, criatividade para descobrir caminhos de fazer aquelas meninas felizes e realizadas.

Empreendedorismo

Toda a vez que alguém se sensibiliza com necessidades humanas, se compromete e, dentro de uma intenção maior que os próprios interesses, dedica-se a atendê-las, temos alguma forma de empreendedorismo. A palavra é relativamente recente. Deriva do francês *entreprendre*, passada para o inglês como *entrepreneur*, que significa intermediário. Empreendedorismo, assim, é a capacidade de ver necessidades (carências e potencialidades), vislumbrar soluções e mobilizar pessoas, recursos, instrumentos e tecnologias para implantá-las. Em poucas palavras, empreender é melhorar o mundo. Por isso, o empreendedorismo evoca algumas atitudes: sensibilidade criativa para ler o mundo, suas carências e potencialidades; visão para conceber e elaborar propósito; iniciativa para criar formas, meios, recursos, tecnologias; perseverança e profunda confiança na elaboração de estratégias de intervenção; resiliência para aprender com os obstáculos, as dificuldades e os próprios erros.

Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), “Empreendedorismo é a capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade”¹.

¹ Disponível em **Mas afinal, o que é empreendedorismo?** | Portal de

Empreendedorismo pode ser comparado ao que, na história da Igreja, chamamos de missão apostólica. Michelis foi uma pessoa empreendedora: identificou necessidades, sensibilizou-se, comprometeu-se, chamou e organizou pessoas e recursos para atendê-las, dentro de um propósito maior. Onde muitos viam apenas problemas, Michelis viu a necessidade de cuidar das pessoas, promover a vida e gerar um mundo melhor. A educação, por essa via, é uma ação sumamente empreendedora. Todo o dia estamos com crianças, adolescentes e jovens com carências e potencialidades em processo de desenvolvimento. Juntos podemos vislumbrar perspectivas e trilharmos percursos de aprendizagens para a cidadania, a ciência, as artes e o inesperado, a felicidade, o cuidado, o amor, a bondade, a solidariedade, o Transcendente. E, neste aspecto, ingressamos nas cercanias da providência.

Providência

A história da revelação, desde o primeiro testamento, vem marcada pela ideia de que Deus não apenas criou, mas está na criação. Há, por esta via, na essência da criatura, a intencionalidade do criador. Essa ideia formou inclusive uma concepção de Deus, segundo a qual ele é conosco, Deus Emanuel.

Providência vem do grego *pronoia*: *pro* – antes, em favor de; *nous* – mente, mentalidade. Significa pensar antes, planejar, prever, ver antes. Divina Providência, neste aspecto, remete aos Atendimento SEBRAE (sebrae-sc.com.br). Acesso em 17 de Abril de 2023.

desígnios de Deus, seu propósito, sua vontade, à sapiência divina. E do latim *providere* que, por sua vez, é formado por *prae* – antes e *vedere*, ver. O Papa Francisco, na Carta Encíclica sobre o cuidado da casa comum, *Laudato Si'*¹, como que concentrando o sentido dessa ideia diz: “O Espírito de Deus encheu o universo de potencialidades que permitem que, do próprio seio das coisas, possa brotar sempre algo novo” (LS, 80).

A providência compreendida por este viés de potencialidade inerente em toda a forma de vida alcança dois significados entrelaçados: o primeiro diz respeito à ideia de tudo estar em movimento de realização. A vida não permanece, como pensava o filósofo grego Parmênides (510-445 a.C.), mas, ao contrário, está sempre em movimento, como via Heráclito (540-470 a.C.). A natureza e a cultura de fato estão em constante transformação. Hoje, especialmente, a história e a cultura vivem transformações velozes de modo a percebermos que a mudança é a própria regra da vida. O segundo significado diz respeito à intencionalidade, ou seja, além de estar em movimento, há, dentro dele um propósito, a realização. Biologicamente, podemos dizer que os seres procuram realizar-se. Teologicamente se diz, a partir de Tomás de Aquino, que as criaturas procuram realizar o bem proporcionado à sua natureza. Temos, aqui, dentro da ideia de providência, três aspectos muito importantes para a pedagogia: potencialidade, movimento/ processo e intencionalidade.

¹ Os nomes dos documentos emitidos pelo Papa sempre levam como nome as suas duas palavras iniciais. Neste caso, as duas palavras são *Laudato Si'*, Louvado Sejas, tirado do canto das criaturas de São Francisco de Assis.

A partir do carisma das Irmãs da Divina Providência, dois novos aspectos compõem a essência deste perfume, dando-lhe uma fragrância singular: a profunda confiança e o total abandono.

A educação é, ao cabo, um ato de confiança e uma renúncia de si, no sentido de esvaziar-se dos interesses estritamente individuais e assumir a condição do outro. Confiança vem de *com fiar*, tecer junto, construir em comunhão. Desde este olhar marcado pela profunda confiança e o total abandono, toda a educação tem algo da Divina Providência, pois exige a inteira doação (total abandono) – se não houver entrega, tampouco haverá aprendizagem profunda – e um mergulhar na relação pedagógica sem preconceitos (profunda confiança).

A inteira doação em termos pedagógicos tem a ver com o entregar-se, o abandonar-se, o deixar tudo para construir o melhor, em encontro, diálogo, processo. Em educação, não entregamos produtos, mas vivemos experiências que constroem o sentido da vida e capacitam para o viver.

A pedagogia da Divina Providência guarda, portanto, neste aspecto singular da providência, a atenção plena às potencialidades, a renúncia de si e a disposição para o processo coletivo e em comunhão, a intencionalidade de formar pessoas, a confiança no ser humano e no seu potencial de crescimento e desenvolvimento, dentro do propósito de todos os seres terem vida e vida em abundância.

Por conta desses aspectos singulares relacionados ao carisma, a pedagogia da Rede Divina Providência transcende a dimensão do conhecimento e atinge o âmago da sabedoria que

evoca, junto com a ciência, a reflexão, a criticidade, o entendimento, o conhecimento, as dimensões da prudência, da sensatez, da retidão, da bondade, da confiança, da solidariedade, do bem, da temperança. Construindo a educação desde essa essência singular e originária, também desenvolve-se uma visão de mundo marcada com essa fragrância.

A partir das reflexões realizadas, ressaltamos os seguintes aspectos singulares da pedagogia da Rede Divina Providência.

Pedagogia sensível: leva em conta cada pessoa, sua história, seus sentimentos, suas dores, suas alegrias, suas fraquezas e forças; considera a dignidade e a subjetividade de cada um(a); integra todas as dimensões do conhecimento: a emocional, a social, a cognitiva, a cultural, a espiritual; respeita as diferenças e se compadece com os empobrecidos e injustiçados.

Pedagogia comprometida: com a Palavra de Deus e sua vontade, que aponta para a vida em abundância para todos; com o carisma de “viver e agir com profunda confiança e total abandono em Deus Providência”; com uma educação de excelência em todos as etapas.

Pedagogia planejadora: intencionaliza o propósito em horizontes, percursos e passos, estabelecendo assim um caminho possível de ser percorrido para atingir as finalidades; postura um percurso formativo com Competências, Habilidades, Atitudes, Valores e Espiritualidade (CHAVE).

Pedagogia empreendedora: parte das necessidades presentes, projeta propostas inovadoras de intervenção e gera

soluções sustentáveis, levando o estudante a ser protagonista do seu projeto de vida, da cidadania, da fraternidade universal e do cuidado com a casa comum.

Pedagogia providente: é humilde e está sempre aberta às necessidades do tempo presente, aos problemas por resolver, às conquistas das ciências, das artes, da filosofia; flerta com os desconhecidos, com os mistérios, com aquilo que de novo ainda o espírito criativo suscita; mantém-se atenta aos sinais de Deus Providente, que continua acontecendo.

Concepção de mundo: Contexto e Educação

Que vivemos uma época em que a mudança é a regra, já não é novidade para ninguém e, para nós, da Divina Providência, é mesmo um dos aspectos que brota de nossa concepção singular do carisma. Os impactos que esse contexto histórico de transformações teve sobre a humanidade ainda estão sendo absorvidos e assimilados, de modo especial por aquelas instituições que trabalham com o conhecimento para a formação humana, tais como a escola.

Nesse contexto, não se espera um desenvolvimento em direção linear, mas, antes, com processos disruptivos. A Pandemia do Coronavírus (COVID-19) é o caso mais recente de disrupção em nível mundial. Ninguém esperava que a humanidade sofreria solução de continuidade em termos de mobilidade, saúde, ciência, serviços essenciais, comércio e até mesmo em questões políticas, econômicas e religiosas, como

aconteceu a partir de dezembro de 2019. No entanto, estamos mergulhados em um contexto de pandemia, vivendo e construindo novas formas de pensar, agir, viver. Dissemos *vivendo e construindo*, pois, houve tempo de planejar muitas das ações que realizamos. Estávamos vivendo as mudanças e agindo sobre elas.

Onde há mudanças constantes, também é de se esperar que existam a convivência de múltiplas opiniões, perspectivas, projetos, concepções e, por isso também, de muitos conflitos e divergências. A existência de pluralidade é algo salutar e importante para a construção do conhecimento. Não obstante, os avanços científicos e tecnológicos, que nos possibilitaram muitas inovações e desenvolvimento, temos assistido o retorno de sectarismos obscurantistas que negam a ciência, a diversidade e, alguns deles, pregam inclusive a violência e novas formas de barbárie com a demonização do outro, do diferente. Ou seja, toda a mudança também tem efeitos adversos negativos.

Nesse sentido, o respeito constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas é essencial e importantíssimo para o oferecimento de uma educação de qualidade e que gere frutos para nossa sociedade. No mesmo caminho, reafirma-se o respeito aos valores estéticos, políticos e éticos, visando o desenvolvimento do estudante para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. São posições alinhadas à legislação vigente e à Declaração *Gravissimum Educationis* - Sobre a Educação Cristã¹:

¹ https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html

[...] é necessário que, tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didáctica, as crianças e os adolescentes sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmónico das qualidades físicas, morais e intelectuais, e à aquisição gradual dum sentido mais perfeito da responsabilidade na própria vida, rectamente cultivada com esforço contínuo e levada por diante na verdadeira liberdade, vencendo os obstáculos com magnanimidade e constância. (PAULO VI, 1965).

Tratam-se de obrigações fundamentais que este projeto apoia e defende.

Mudança é a regra, estabilidade a exceção: o avanço das tecnologias

Se a mudança é uma constante na história da vida, por que, hoje, em algumas situações, sentimos as mudanças como ameaça? O que acontece hoje é que as mudanças são rápidas e, por isso, temos a impressão de não estarmos preparados para enfrentá-las. Isso provoca certa insegurança e, em algumas situações, até medo capaz de impor resistência, o que nos conduz ao fechamento na zona de conforto do já conhecido.

As informações de todo o tipo e origem, circulam em grande quantidade, instantaneamente, atingindo pessoas em todo o planeta. Estamos em um mundo que vive conectado, compartilhando informações, gerando múltiplas influências e novas formas de aprendizagem. Daí que educar se torna uma

tarefa constante e contínua, que necessita adaptar-se a esse tempo.

Em épocas de estabilidade o conhecimento se transformava lentamente e os centros de influência eram poucos e de fácil identificação. Era comum os filhos estudarem com a mesma cartilha dos pais. Já em nosso tempo os conhecimentos sofrem mudanças rápidas, havendo necessidade de atualização constante. Soma-se a isso a difusão em nível planetário e para a maioria da população das novas tecnologias da informação, que possibilitam a quem quer que seja, o acesso, a produção e a disseminação de conteúdo. O que antes estava reservado aos mestres e livros, passa a ser difundido por redes sociais, cujo acesso pode ser feito em tenra idade. O problema educacional passou do acesso à informação para a produção e curadoria do conhecimento.

Um olhar panorâmico pelo mundo das narrativas percebe de imediato que passamos gradativamente das narrativas familiares/culturais e locais, baseadas na memória; para as narrativas macro das sumas, manuais e compêndios, até chegamos às micronarrativas das redes sociais mundiais. A família e o clã eram a base da formação nas sociedades pré-modernas, quando o livro, os manuais, compêndios e mestres assumiram um lugar proeminente. Nas sociedades pós-modernas acontece uma migração para os comentários, *posts*, *tweetes*, opiniões, mensagens rápidas, tudo veiculado em redes sociais de comunicação, por qualquer pessoa que tenha acesso. Em contextos como o pós-moderno é ainda mais importante e

necessário a promoção de propostas educacionais escolares, com forte interesse na construção integral do conhecimento.

Os impactos da Inteligência Artificial

Outro impacto na educação de nosso tempo são as tecnologias de Inteligência Artificial (IA). Uma forma de inteligência similar à humana, aplicada em máquinas, sistemas, mecanismos e softwares. Já está presente nas plataformas sociais e nos eletrodomésticos, veículos, aparelhos celulares e computadores. Enquanto se fala perto de aparelhos celulares, ferramentas de análise de dados em massa captam as conversas possibilitando propagandas de produtos e serviços de forma customizada e outras ações que estudam o comportamento dos usuários. Ao realizar uma busca na internet, imediatamente passa-se a receber notificações a respeito do assunto buscado. Com IA é possível analisar e aprender com os comportamentos, os lugares por onde as pessoas passam, onde se encontram, o que compram e prever as preferências e ações de cada um.

A aplicação da IA aos processos de conhecimento poderá transformar profundamente o ensino formal à medida que será possível aprender os processos de produção de conhecimento, de criação artística e técnica, tendo a possibilidade de escolher formas, exemplos e aplicações para os mais diversos conhecimentos. A questão potencial deste cenário é que, com possibilidade de acesso a informações relevantes via rede e tecnologias disruptivas, o ensino escolar poderá dedicar-se à

produção de conhecimento, resolução de problemas, processos criativos, projetos de vida e mesmo à discussão dos limites éticos dessas tecnologias e seus impactos em nossas vidas. Outras questões virão, como as relações de trabalho que serão desafiadas por essas novas tecnologias. São pontos de atenção para a formação de crianças e jovens e futuros profissionais.

Por outro lado, a Inteligência Artificial tem o potencial de transformar a educação por meio da personalização do aprendizado para cada aluno, com base em suas necessidades, habilidades e estilos de aprendizado. Isso pode levar a um aumento na eficácia do ensino, pois os alunos podem aprender no seu próprio ritmo e com o conteúdo que lhes interessa; como também com a melhoria do acesso a recursos educacionais, com o aprimoramento da avaliação, com a automação de tarefas repetitivas, permitindo que os professores se concentrem em tarefas mais importantes e interajam com seus alunos de forma mais significativa.

Em síntese, a IA e novas tecnologias, como ChatGPT¹, tem o potencial de transformar a educação, personalizando o aprendizado, melhorando o acesso a recursos educacionais, avaliação de desempenho, automação de tarefas, desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico e aumentando a eficiência do sistema educacional.

¹ ChatGPT (*Generative Pre-Trained Transformer*) é um modelo de linguagem baseado em *deep learning* (aprendizagem profunda), um ramo da inteligência artificial. A plataforma utiliza um algoritmo baseado em redes neurais que permitem estabelecer uma conversa com o usuário a partir do processamento de um imenso volume de dados.

Por uma visão integral da inteligência

No início do século XIX, pesquisas sobre a mente e a inteligência humana chegaram aos famosos testes de QI, quociente de inteligência. Estes testes, apesar de utilizarem o termo inteligência, eram voltados à capacidade lógico-matemática, instrumental e procedimental, a assim chamada inteligência intelectual.

Ao longo do século passado as pesquisas apontaram para outra dimensão da inteligência, a emocional, que foi amplamente tematizada por Goleman em seu livro *Inteligência emocional*, publicado em 1995, mas que sistematiza pesquisas desde a década de 1970.

Na década de 1980, pesquisadores da Universidade de Harvard, liderados por Howard Gardner, questionando o conceito de inteligência psicométrica, base dos testes de QI, criam o conceito de *múltiplas inteligências*, relacionando ao menos nove tipos¹. O conceito de inteligência para esse grupo é relacionado ao de capacidade, razão pela qual a lista pode continuar crescendo.

As pesquisas de Goleman sobre inteligência emocional também levantaram algumas questões a respeito da existência de uma forma de inteligência diferente da racional e da emocional, foi o que ele denominou mais tarde de Inteligência Social, uma

¹ Lógica-matemática, linguística, musical, espacial, corporal-cinestésica, intrapessoal, interpessoal, naturalista, existencial.

área do cérebro preparada pela evolução para a empatia e a compaixão.

O evento da globalização fez aflorar outra dimensão da inteligência, presente em toda a história humana, mas que passou a ser mais exigida à medida que as relações entre as culturas ganharam um nível tal de entrelaçamento de modo a não ser mais possível serem evitadas, a inteligência cultural, que se relaciona ao nosso aporte neuro-cerebral para compreender, respeitar e trabalhar com diferentes culturas.

Desde a mais tenra presença da inteligência percebe-se, que o ser humano vive também em constante flerte com o mistério e com um sentido mais profundo para a existência. As últimas décadas do século passado também abrigaram pesquisas sobre o que foi batizado como ‘ponto Deus no cérebro’. Uma área que lida com as perguntas fundamentais da filosofia e da teologia: de onde vim? Para onde vou? Que sentido há no viver? Os pesquisadores Danah Zohar e Ivan Marshall chegam ao que denominaram inteligência espiritual, a que

[...] nos leva ao âmago das coisas, à unidade por trás da diferença, ao potencial além de qualquer expressão concreta [...], permite integrar o intrapessoal com o interpessoal, transcender o abismo entre o eu e o outro [...], ajuda-nos a levar a vida em um nível mais profundo de sentido (ZOHAR e MARSHALL, p. 27-28).

Considerando essas pesquisas sobre a inteligência e a ideia muito difundida da formação integral, é necessário considerar que, em termos pedagógicos, não estamos diante de

várias inteligências, mas de uma inteligência com várias dimensões. É uma (e a mesma) inteligência que raciocina (intelecto), sente emoções (emocional), se compadece (social), tende a buscar um sentido mais profundo para a vida (espiritual) e respeita as diferenças (cultural). Mais do que isso: o raciocínio é carregado de emoções, de significados socioculturais e de sentidos de vida.

Para isto é necessária uma escola que seja ativa, desafiadora, criativa, estudiosa, produtiva. Trabalhar para aprimorar e desenvolver uma inteligência tão complexa exige um esforço contínuo, profissional, reflexivo, dedicado e muito amplo.

O olhar de esperança da Divina Providência

A educação pode ser compreendida de maneira ampla, como uma ação humana que acontece em contextos, culturas e ambientes por meio de processos interativos, com a finalidade de formar as pessoas para que realizem o maior bem a si, aos outros e ao meio ambiente. Há, portanto, uma relação inseparável entre contexto social e educação.

Ao propor linhas pastorais sobre sua atuação no mundo, o Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes* chega até mesmo a dizer que é “dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado a cada geração, às eternas perguntas dos homens sobre o sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas. É, por isso,

necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu caráter tantas vezes dramático” (GS, n. 4).

O mesmo Concílio, na *Gravissimum Educationis*,¹ Declaração sobre a Educação Cristã, já no seu Proêmio, considera a educação como uma das questões mais urgentes. E, além de chamar a atenção para o cuidado com o desenvolvimento integral, aponta para que as unidades educativas preparem crianças, adolescentes e jovens para “tomar parte na vida social, que, devidamente munidos dos instrumentos necessários e oportunos, sejam capazes e inserir-se ativamente nos vários agrupamentos da comunidade humana, abram-se ao diálogo com os outros e se prontifiquem a trabalhar pelo bem comum” (n. 1).

Na Carta encíclica *Laudato Si*, o Papa Francisco lembra sabiamente que “a educação será ineficaz e os seus esforços estéreis, se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza. Caso contrário, continuará a perdurar o modelo consumista, transmitido pelos meios de comunicação social e através dos mecanismos eficazes do mercado” (LS, n. 215).

Neste PPPP, portanto, nos integramos à Igreja na tarefa de conhecer e compreender o mundo na perspectiva da esperança cristã, para responder com práticas educativas de excelência e plenas de valores, com a intenção de formar pessoas capazes de

¹ Disponível em Declaração Gravissimum Educationis - Sobre A Educação Cristã | **Documentos do Concílio Vaticano II** (https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html). Acesso em 17 de Abril de 2023.

transformar a sociedade e contribuir para a construção da vida em abundância para todos e a fraternidade universal.

Algo que marca a visão de mundo de Eduardo Michelis é sua esperança. Uma esperança marcada pela Providência, que, de um lado, se alimenta da profunda confiança em Deus e, de outro, se realiza como total abandono para realizar a sua vontade. A fecundidade pedagógica da Rede Divina Providência gera nova vida e faz novas todas as coisas (Ap 21, 5). A humanidade, parte da criação, moldada pelo cuidado, também sente e sofre interiormente o impulso criativo, como objeto salvífico de esperança, na qual participamos (Rm 8,26). O conhecimento cristão engloba esta percepção, para a qual “O Espírito de Deus encheu o universo de potencialidade que permite que, do próprio seio das coisas, possa brotar sempre algo de novo” (LS, n. 80). Ademais, “os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que deverá revelar-se em nós” (Rm 8, 18).

Uma educação que globalize a esperança concebe um mundo que inclui, dialoga, humaniza e cria redes de cooperação, assim como aponta o documento da Congregação para a educação católica *Educar ao humanismo solidário*. Inclui, pois visa envolver a todas as pessoas num projeto global de participação na destinação universal dos bens, na construção da ética intergeracional e da solidariedade universal. Humaniza porque coloca a pessoa no centro da missão educativa. Dialoga, pois tem como base os requisitos éticos da dignidade, da liberdade e da igualdade. Cria redes de cooperação porque entende que a

construção da existência e do conhecimento é compromisso coletivo.

A Rede Divina Providência concebe um mundo que:

- Globaliza a esperança, humaniza, respeita as diferenças, dialoga, cria redes de cooperação;
- Organiza-se pelo cuidado da casa comum, a ecologia integral sustentável e a fraternidade universal;
- Promove constantemente a justiça, o bem-comum, a paz, a solidariedade;
- Pactua por uma educação integral e coloca a inovação e a tecnologia a serviço de todos(as);
- Integra e aprende constantemente com a diversidade e a pluralidade étnica, cultural e religiosa.

Concepção de ser humano

A pandemia do Coronavírus, que atingiu todo o planeta em poucos meses a contar de sua aparição na China no final de 2019, repôs a questão sobre a humanidade e seu propósito.

Em tempos de crise sempre emergem as questões essenciais do porquê e para que existimos? É tempo também de oportunidades para uma revisão dos rumos da vida e da história. Uma das tendências que logo aparece é a que se filia às chamadas teorias da conspiração, que se alimenta de uma visão negativa do ser humano e negacionista do conhecimento. Para essa visão, o ser humano tende naturalmente para o mal e precisa ser

conduzido por mão forte. Por isso, essas tendências flertam com sistemas autoritários. Mas também ressurgem com mais força em tempos de crise, a concepção segundo a qual o ser humano tem tendência à bondade e à solidariedade. Se percebermos alguém em apuros, nossa reação imediata é ajudar sem considerar cor, religião, condição econômica, filiação política, e isso remeteria ao núcleo bom da condição humana.

A forma como concebemos a condição humana incide profundamente sobre o nosso modo de ser e agir, de modo geral e na educação das novas gerações, em particular. Os programas formais de educação se caracterizam por enunciarem a concepção de ser humano de modo explícito, pois é um balizador das ações de aprendizagem. Deste modo, é necessário delinear nosso modo de ver o ser humano. Para tanto, olhamos de modo breve, para duas grandes tendências de olhar para a condição humana.

Ganhou notoriedade o romance de William Golding, *O Senhor das Moscas*, publicado em 1954, que retrata hipoteticamente a história de alguns jovens que sobreviveram à queda de um avião no Pacífico e se abrigaram em uma ilha sem habitantes. A ideia de Golding era mostrar como se comportariam os jovens abandonados à própria sorte. Os jovens acabam por se destruir mutuamente. Ele, que escreveu a história, conclui que, mesmo se iniciássemos novamente do zero, nós nos autodestruiríamos. Sua obra vendeu milhares de exemplares.

Este viés de compreensão negativa da condição humana é ainda muito forte e conduz as pessoas a focarem-se no lado sombrio da humanidade. Se o outro é o demônio, então devemos

nos afastar e até mesmo nos livrarmos dele. Acontece que um fato semelhante à ficção de Golding aconteceu historicamente e o desfecho da história foi bem diferente.

O historiador holandês Rutger Bregman, em *Humanidade: uma história otimista do homem*, se dispôs a escrever a história tomando como objeto o viés otimista. Sua pesquisa revolveu arquivos históricos e revelou muitos fatos varridos para debaixo do tapete, entre os quais, a história dos jovens náufragos da Ilha de Tonga, país da Oceania. Em 1965, seis garotos, entre 13 e 16 anos, estudantes de internato do Colégio St. Andrew, resolveram fugir e aventurar-se mar adentro. Seu plano era chegar a Fuji, que ficava a aproximadamente 600 km dali. Para tanto, tomaram um dos barcos do cais, sem serem notados. Na primeira noite houve uma tempestade e o que se seguiu foram 8 dias à deriva até aportarem em uma ilha rochosa, sem habitantes. Eles foram resgatados somente um ano depois.

E durante o tempo que ficaram na ilha, auto destruíram-se como concluiu Golding em o *Senhor das moscas*? A história foi bem outra. Organizaram-se para trabalhar em duplas, construíram horta, galinheiro, mantinham um fogo permanente, criaram uma espécie de vida coletiva com responsabilidades compartilhadas. Os conflitos existiam, mas eram resolvidos pelo perdão. Quando um deles quebrou a perna, os outros redistribuíram as funções para mantê-lo em repouso e cuidar dele. Quando foram encontrados, estavam em ótimo estado físico e felizes. Então, como bem conclui Bregman, o senhor das moscas da vida real mostra que estamos inclinados à bondade, à solidariedade, ao respeito mútuo, em uma palavra, ao amor. O

livro de Bregman reconta inúmeros acontecimentos históricos, trazendo à luz múltiplos documentos e relatos da bondade humana, inclusive em situações extremas como a guerra em que os soldados, em vez de recarregarem suas carabinas e atirarem, carregavam muitas vezes para não atirar.

Sob o olhar cristão, o ser humano é visto como pessoa. Um ser de sentido e sempre em relação. Potencializado para o encontro, para o diálogo, para o bem, o belo, a bondade. Isso não significa que sempre faz o bem, pois é um ser de escolha. Mas que está inclinado a ele. “Embora suponha também processos evolutivos, o ser humano implica uma novidade que não se explica cabalmente pela evolução de outros sistemas abertos” (LS, 81). Não temos, ainda, uma explicação demonstrativa do surgimento da autoconsciência, este salto qualitativo que destacou o ser humano de outros seres. Sabemos que estamos em linha de evolução, mas, em determinado tempo, houve uma disrupção que fez nascer um ser autoconsciente e capaz de providência. “Cada um de nós tem em si uma identidade pessoal, capaz de entrar em diálogo com os outros e com o próprio Deus. A capacidade de reflexão, o raciocínio, a criatividade, a interpretação, a elaboração artística e outras capacidades originais manifestam uma singularidade que transcende o âmbito físico e biológico” (LS, 81).

Sobre o ser humano, Eduardo Michelis via a necessidade de estar inserido na comunidade humana, de onde vinha a sua força. E, nesse aspecto, foi uma pessoa além do seu tempo ao postular a ideia de uma fraternidade universal e de um pacto educativo global, ambas possibilidades que se constroem em

comunhão, cada um dando a sua melhor energia: “Observemos a natureza do homem: só, ele se dobra facilmente, como um caniço ao vento, unido a muitos, comunica-se a cada um a força da coletividade. Esse trabalho em conjunto dá também à Igreja uma força invencível”.

A Rede Divina Providência entende o ser humano como:

- Imagem e semelhança de Deus, único em sua dignidade, independentemente de sua condição física ou mental;
- Sensível e criativo na leitura de mundo, de suas carências e potencialidades, com potencial para melhorar o mundo, perseverar, gerar confiança e resiliência para aprender com os obstáculos e dificuldades.
- Ser de bondade e solidariedade; acolhedor, hospitaleiro, compassivo; ser de sentido, sempre em construção e em relação.
- Ser humano potencializado para o encontro e para o belo, capaz de reflexão, raciocínio, criatividade, interpretação, elaboração artística, sábio discernimento.
- Capaz de dialogar, respeitar o outro, ser um sujeito ativo, pensante, aprendente, impregnado de valores e que protagoniza a sua história.
- Agente de transformação, reflexivo, crítico, apto a resolver conflitos por meio da compreensão, do perdão, do carisma e da espiritualidade.

Concepção de Educação

Educação, em sentido amplo, é a mensagem formativa contida em toda a ação humana. Ou seja, tudo o que fazemos tem potencial educativo para nós mesmos e para outras pessoas. Em sentido estrito é a ação humana intencionalmente pensada para gerar aprendizagens. Ambas as situações derivam da premissa de que somos seres de educação, precisamos aprender para desenvolvermos nossa humanidade e nos tornamos o que somos por conta dela.

Etimologicamente, a palavra educação vem de duas raízes latinas: *educere* e *educare*. *Educere* significa tirar, realizar um movimento de dentro para fora, dar à luz; de onde vem a ideia, derivada da maiêutica socrática, de que educar é tirar do ser humano o que ele tem de melhor, pôr em movimento o seu potencial de aprendizagem, ativar seu dinamismo espiritual. *Educare* que significa criar ou instruir, um movimento que supõe tanto o envolvimento da motivação intrínseca quanto do incentivo externo, capaz de realizar processos de aprendizagem de modo a permitir que cada sujeito envolvido possa pôr em ação o que tem de melhor e avançar para a construção de processos criativos, dando passos a novas descobertas e propondo novas perguntas.

Se de fato somos seres de necessidade, o que, no caso humano supõe tanto carências (o que precisamos), como potencialidade (o que podemos), nossa capacidade de aprender continua sempre aberta. Pesquisas da neurobiologia e da

neurociência mostram que a plasticidade cerebral, mais acentuada no início de nossas vidas, se mantém até o final de nossas vidas. Deste modo, não atingimos um tempo biológico capaz de fazer cessar as aprendizagens. Talvez, pela forma como conduzimos nossas aprendizagens, podemos chegar a um tempo mental capaz de nos convenceremos que já não temos capacidade de grandes aprendizagens. Educar é essa maravilhosa qualidade humana de aprender sempre.

O Papa Francisco, em 2019, convocou toda a humanidade, os cristãos em particular e de modo muito especial os(as) educadores(as) para reconstruir o pacto educativo global. É sua intenção que cada pessoa se sensibilize e compreenda que sua presença no mundo tem uma mensagem educativa para outras pessoas para que seu modo de ser possa ser intencionalizado na direção de uma solidariedade universal. Bem lembrou o Papa o provérbio africano: “Para educar uma criança é preciso uma aldeia inteira”. Se considerarmos que, hoje, vivemos em uma aldeia global, entenderemos que o Papa quis dizer que a boa educação de uma criança precisa do compromisso de toda a humanidade.

Os bispos latino-americanos e caribenhos, na Conferência Episcopal de Aparecida ocuparam-se com a educação e apontaram para o que chamaram de “autêntico fim de toda a escola. É chamada a se transformar, antes de mais nada, em lugar privilegiado de formação e promoção integral, mediante a assimilação sistemática e crítica da cultura, fato que consegue mediante um encontro vivo e vital com o patrimônio cultural. Isso supõe que tal encontro se realize na escola em forma de

elaboração, ou seja, confrontando e inserindo os valores perenes no contexto atual” (DA, n. 329).

A educação, assim, além de ser a expressão do que somos, é também um tempo de sonhos, de lançar as sementes, de preparar com o melhor que temos as gerações futuras. Eduardo Michelis dizia que “O tempo da sementeira é um tempo sério; assim como semeamos, assim será a colheita que há de sazonar para nós e os outros, para o tempo e a eternidade”.

Para a Rede Divina Providência, educação é:

- **Integral:** considera a pessoa inteira, seus aspectos cognitivo, afetivo-emocional, físico-cultural, social, espiritual; leva em consideração as diversas dimensões do conhecimento, o popular, o artístico, o filosófico, o teológico, o científico; desenvolve processos de aprendizagens essenciais por competências, habilidades, atitudes, valores e espiritualidade (CHAVE).
- **Humanizadora:** constrói processos de aprendizagem, desenvolvimento e maturidade que geram sentido de vida em cada sujeito envolvido, na família, na comunidade, na sociedade e no mundo.
- **Científica:** tem em conta as contribuições das diversas ciências, o conhecimento acumulado pela humanidade, as novas conquistas, as perguntas que ainda permanecem sem respostas;
- **Inclusiva:** integra a todos e a todas, independentemente de sua condição física, mental, econômica, política, social, religiosa.
- **Cooperativa:** se faz de modo cooperativo, envolvendo estudantes, professores, famílias, comunidade escolar, instituições e grupos sociais...
- **Dialógica:** referencia-se no respeito às diferenças, na escuta atenta, na fala respeitosa e pacífica, na construção de perspectivas e esperanças comuns e benéficas a todos, na ideia de amizade e fraternidade universal.
- **Cidadã:** prepara para os desafios da vida e da história,

tornando-os cidadãos críticos, participativos e plurais.

Nesse sentido compreende-se um posicionamento educacional que respeita o princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, em que ideias e pensamentos de toda a comunidade escolar são acolhidos, e que os modos de trabalho, reflexões, métodos, técnicas e concepções pedagógicas de trabalho docente são entendidas como parte de uma construção de uma escola orientada para o bem comum, para a fraternidade, para o bem da comunidade humana.

Para alcançar esse posicionamento defende-se o respeito aos valores estéticos, políticos e éticos, visando promover no estudante o desenvolvimento para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Concepção de Educador

Na concepção de ser humano vimos que todos estamos constantemente aprendendo, por nossa condição de inconclusão humana. Quanto mais em um mundo em constante mudança e transformações disruptivas. Todos(as) estamos sempre de novo na condição de aprendizes.

Por conta das múltiplas formas de acesso à informação e, de modo especial, as possibilidades geradas pelas novas tecnologias, há quem pense que a profissão docente estaria ameaçada. Caso se entenda que o papel do professor é apenas o de repasse de conteúdo e informações, então têm razão os que

preconizam o fim da docência. Contudo, essa ideia se baseia em uma concepção de que a educação poderia ser embutida em um algoritmo. Sabemos, porém, que educação é muito mais experiência do inesperado do que treino. Para encontros, diálogos, vivências, experiências, processos criativos, assombro diante de novas indagações, precisamos de educadores que se entreguem à ação pedagógica, confiem e reconheçam os educandos como parceiros de trilhas de aprendizagens, muito mais do que algoritmos.

Ao contrário do que se imagina, num mundo de múltiplas fontes de influência, variadas possibilidades de acesso à informação, diferentes inteligências artificiais preparadas para dar o que se quer, o(a) educador(a) se torna um profissional ainda mais necessário(a).

O(a) educador(a)-professor(a) da Rede Divina Providência, antes de tudo, busca desenvolver sensibilidade, comprometimento, planejamento, empreendedorismo e providências. Essas características singulares da pedagogia da Divina Providência integram ao seu ofício, como referência para a sua formação ao mesmo tempo que as integra em um processo didático de desenvolvimento de aprendizagens essenciais com os educandos, congregando acolhimento, atenção, ética, estética, excelência acadêmica, maturidade emocional e virtude espiritual. Sob este olhar, o(a) educador(a) aprende enquanto ensina e aprende enquanto vive os processos educacionais.

Ao longo dos últimos anos, temos dito (e repetido) que o professor é a pessoa, e que a pessoa é o professor. Que é impossível separar as dimensões pessoais e profissionais. Que ensinamos aquilo que somos e que, naquilo que somos, se encontra muito daquilo que ensinamos. Que importa, por isso, que os professores se preparem para um trabalho sobre si próprios, para um trabalho de autorreflexão e de autoanálise.¹

É de fundamental importância que o(a) professor(a) da Rede Divina Providência seja um(a) semeador(a) de princípios e valores, unindo o saber, o bem e o belo, adotando atitudes construtivas para, de fato, buscar, desenvolver e promover a aprendizagem significativa, formando-se no ato de ensinar e conduzindo processos de formação de sujeitos conscientes de si, respeitadores dos outros, promotores da paz e da sustentabilidade em seu meio, na sociedade, no mundo.

Educador, inspirado no carisma e na pedagogia da Divina Providência inspira, acolhe as pessoas por sua dignidade, sem distinção de raça, religião e classe social, e desenvolve um olhar atento às necessidades, de modo especial as diferentes formas de pobreza de hoje: carência espiritual, moral, emocional, cultural e material, que ferem a integridade e a dignidade de vida do homem.

Sabedores do quanto o respeito e o cuidado são importantes, os educadores os têm como um valor referencial para estabelecer relacionamento de profunda confiança com os

¹ Antônio Nóvoa em Para uma formação de professores dentro da profissão. Disponível em Microsoft Word - 07Nóvoa.doc (educacion.es), acesso em 24 de Agosto de 2023.

sujeitos de aprendizagem, a fim de estimular, orientar, desenvolver e encorajar a pensar, questionar, pesquisar, criar, colaborar, confiar, propor soluções e agir com proatividade para ação.

Educadores são sujeitos ativos do processo pedagógico, construtores de cultura, conhecimento, atitudes, hábitos. Para garantir processos de excelência, o(a) educador(a), como quem orienta e conduz do processo de aprendizagem, utiliza-se da sensibilidade para promover o mútuo cuidado e entreajuda; envolve a todos no compromisso com as aprendizagens essenciais nas diversas áreas do conhecimento; planeja processos para formar cidadãos críticos e autônomos, tendo em vista o desenvolvimento de Competências, Habilidades, Atitudes, Valores e Espiritualidade.

A Rede Divina Providência entende educador e educando como:

- Sujeitos em constante processo de aprendizagem, capazes de envolver-se e solucionar problemas inerentes ao seu tempo e espaço, construindo aprendizagens nas mais variadas situações.
- Protagonistas, autônomos e parceiros, construtores de saber e conhecimento, comprometidos com a vida, pesquisadores e abertos aos mistérios.
- Acolhedores e empáticos, indagadores e proativos, reflexivos e propositivos, críticos e esperançosos, solucionadores de problemas e solidários.

- Promotores e semeadores da sustentabilidade, da formação humana de excelência, de um mundo melhor para todos(as).

Essa visão impõe um olhar inovador e inclusivo para questões centrais do processo educativo para conteúdos, formas de ensinar, para a colaboração e promoção da educação integral do ser humano, promovendo igualdade, diversidade e equidade.

Este é um modo de atuar que mostra uma abordagem de muita autonomia, de compromisso com o estudo, com a pesquisa, com a qualidade, com a evolução constante dos estudantes e de sua comunidade. A partida desse processo se dá pelos profissionais da educação, pela escola, esse processo que incentiva o protagonismo, acolhimento, sustentabilidade e excelência se iniciam com os professores e eles precisam dar espaço, motivar, propor, incentivar, e, sobretudo, ensinar os estudantes, levando-os à aprendizagem. O professor é o profissional da educação por excelência.

Na Rede Divina Providência, as definições de qualidade profissional passam pelo Planejamento Estratégico, Regimentos e Estatutos. Ressalta-se a importância estratégica dos docentes no bom andamento e posicionamento dos Colégios da Rede Divina Providência entre os melhores nas suas cidades. Assim, afirma-se a importância da formação profissional com cursos de Graduação, Pós-Graduação, *lato e stricto sensu*, bem como da formação continuada dos profissionais.

Concepção de Educando

Educandos são sujeitos ativos do processo pedagógico, construtores de cultura, conhecimento, atitudes, hábitos. O(a) educando(a) participa ativamente dos processos de aprendizagem, utiliza-se da sensibilidade para promover o mútuo cuidado e entreaajuda; envolve-se a todos no compromisso com as aprendizagens essenciais nas diversas áreas do conhecimento; tendo em vista o desenvolvimento de Competências, Habilidades, Atitudes, Valores e Espiritualidade.

A Rede Divina Providência entende o(a) educando(a) como:

- Sujeitos em constante processo de aprendizagem, capazes de envolver-se e solucionar problemas inerentes ao seu tempo e espaço, construindo aprendizagens nas mais variadas situações.
- Protagonistas, autônomos e parceiros, construtores de saber e conhecimento, comprometidos com a vida, apaixonados pelo conhecimento, pesquisadores e abertos aos mistérios.
- Acolhedores e empáticos, indagadores e proativos, reflexivos e propositivos, críticos e esperançosos, solucionadores de problemas e solidários.
- Promotores e semeadores da sustentabilidade, da formação humana de excelência, de um mundo melhor para todos(as).

Para tanto os educandos vivenciam situações e momentos nos quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes onde seja possível vivenciar desafios e a sentirem-se provocados a resolvê-los, nos quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Concepção de Currículo e Avaliação

Toda a ação com intencionalidade educativa supõe um currículo. E todo o currículo, que faça jus ao sentido forte da palavra, contempla avaliação. Essas palavras precisam ser ressignificadas a cada tempo, tendo em vista as transformações que ocorrem, as novas necessidades que surgem, os desafios que se vislumbram e os propósitos das propostas educacionais.

Um dos significados mais comuns de currículo presente nas práticas educativas é de uma matriz de disciplinas distribuídas no tempo, com a relação das unidades temáticas e sua respectiva estrutura. E sobre a avaliação se disseminou a ideia de que é sinônimo de prova, de teste, exame. Assim, é salutar que retomemos o sentido de cada termo e sua importância nos processos de aprendizagens essenciais.

Currículo vem do latim *currere*, que significa correr. Em termos educacionais, seu uso remonta à ideia de percurso, caminho, etapas de um processo para atingir determinados objetivos. O termo avalia vem de *a-valere*, atribuir valor a. Com o tempo se incluiu o sufixo *ção*. Avaliação é atribuir valor a um

percurso em ação. Assim, já percebemos que currículo e avaliação são processos implicados. Um percurso de aprendizagens – currículo – tem de conter avaliação. Esta seria uma dimensão do currículo. A LDB 9394/96 preconiza uma proposta compreendendo “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (Art. 24, Inciso V, Alínea a).

A organização de um currículo se relaciona, segundo a Base Nacional Comum Curricular, “ao conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE) (BNCC, p. 7).

É necessário, para isso, seguindo a orientação normativa da BNCC, definir objetivos de aprendizagem na educação infantil, dentro dos respectivos campos de experiência, garantindo os direitos de aprendizagem em cada etapa deste segmento. Já no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, a organização curricular poderá ser por competências, habilidades e valores em cada componente ou por área de conhecimento.

Alguns aspectos são significativos e relevantes, considerando tanto o sentido mais profundo dos termos como as orientações da BNCC:

- a) Currículo é um percurso de aprendizagens essenciais e significativas, definido por uma rede ou escola;
- b) Precisa contemplar as aprendizagens a que os educandos têm direito de desenvolver;
- c) No Brasil, a referência para a elaboração dos percursos dessas aprendizagens é a BNCC;
- d) Durante os percursos e não apenas como momentos separados dele ou no final, realiza-se a avaliação do processo;
- e) A avaliação tem sentido formativo, processual e diagnóstico: intenta a excelência das aprendizagens e foca no desenvolvimento dos educandos; quer qualificar o processo e melhorar as aprendizagens, por isso acompanha-o integralmente; deseja ser um referencial para a definição dos próximos passos a serem dados.

É importante considerar, na elaboração de um currículo, que “...as diferentes disciplinas precisam apresentar não só um saber por adquirir, mas valores por assimilar e verdade por descobrir” (DA, n. 329). Integram-se nos percursos também as dimensões ética e espiritual. Os valores e a espiritualidade – entendida como sentido de vida – em uma instituição católica, são inerentes aos conteúdos e compõem também as finalidades educacionais.

Pensar em um processo de avaliação é ter consciência de que ela tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos, no processo educativo, momentos de reflexão sobre a própria prática pedagógica. Isso permite a reflexão sobre sua própria evolução na construção do conhecimento, priorizando momentos individualizados para a revisão do conteúdo, e a retomada do processo. A avaliação é formativa, processual e diagnóstica também para os educadores.

Desta forma, percebemos a importância de a avaliação “se dirigir a todo o processo de ensino aprendizagem e, portanto, não apenas aos resultados que os alunos obtiveram, mas a qualquer uma das três variáveis fundamentais as quais intervêm no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, as atividades que os professores promovem, as experiências que os alunos realizam e os conteúdos de aprendizagem” (ZABALA e ARNAU, 2010, p.169).

Na Rede Divina Providência currículo e avaliação são compreendidos indissociáveis essenciais e estão em constante evolução, reestruturação, para atender às demandas da comunidade escolar. Destacamos:

- Os percursos curriculares, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular, organizam e desenvolvem aprendizagens essenciais por Competências, Habilidades, Atitudes, Valores e Espiritualidade, em cada ano/série, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Para tais percursos, cada unidade da Rede Divina Providência terá uma matriz curricular.
- A avaliação é processual, formativa, não apenas final e promove a reflexão sobre as atividades que educadores(as) e educandos(as) desenvolvem, as experiências que realizam e os conteúdos de aprendizagem, de modo que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos (LDB 9394/96, art. 24, V).

- A avaliação deve ser diagnóstica, conforme orientações da BNCC, sendo o foco não o conteúdo, mas os campos de experiências, as competências e as habilidades, considerando aí os valores e a espiritualidade.
- A avaliação é uma ponte, um caminho que une as distâncias entre o ensino e a aprendizagem. “O objetivo principal de uma atividade avaliativa é a aprendizagem, dentro de uma dinâmica que visa levar o aluno a construir seu conhecimento através da resolução de um problema gerador de aprendizagem.” (PIRONEL; ONUCHIC, 2021, p. 71). O desenvolvimento de tal dinâmica é uma maneira de construir o que foi pretendido, é o processo, é o que é feito durante o meio da aprendizagem, o intuito é que não seja o produto final, mas sim todo o preparo para o resultado.

3. PROPOSTA CURRICULAR

Por ser intencional e sistemático, o processo educacional desenvolvido nos colégios da Rede Divina Providência pressupõe a elaboração e a execução de um vasto programa de experiências pedagógicas, vivenciadas no ambiente escolar e além da sala de aula, para que a aprendizagem seja efetivada.

[...] A Escola aberta e integrada rompe os limites da sala de aula e dos muros da escola e se abre para enriquecer o processo de interação dos professores e alunos com as famílias, a comunidade e com os demais agentes sociais, em atividades de aprendizagem que incluem, por exemplo, o lazer, a cultura, a arte nas suas diversas expressões (dança, música, teatro), o esporte, os passeios ecológicos, a refeição em comum e as atividades cívicas. Os conteúdos curriculares são enriquecidos nesse processo, em que todos contribuem para convergir informações e compartilhá-las (SANTA CATARINA, 2005, p. 6).

A proposta curricular fundamenta-se em alguns eixos norteadores: concepção de homem, sociedade e educação, no que tange ao processo de desenvolvimento acadêmico e como ser humano. Define-se por ações que nos levam a responder sobre o indivíduo que se quer formar e o modelo de sociedade que se busca.

Para tanto, é necessário ter clareza do conceito de currículo e sua função como processo educativo. Acredita-se numa prática em que se estabelece o diálogo entre os agentes sociais, os profissionais de outras áreas, as famílias, os professores e alunos, que é determinado pelo contexto. No diálogo a prática adquire diferentes sentidos, conforme os diversos protagonistas.

É a expressão que identifica a função social da escola. Age como instrumento imprescindível para o fundamento e a compreensão da prática pedagógica. Está ligada diretamente com o conteúdo da profissionalização dos docentes. Ou seja, o desenvolvimento das funções do professor depende da variação de conteúdos, finalidades e mecanismos destacados na proposta curricular. Segundo Sacristán e Gómez (2000, p. 105).

[...] o currículo não pode ser entendido à margem do contexto no qual se configura e tampouco independentemente das condições em que se desenvolve; é um objeto social e histórico e sua peculiaridade dentro de um sistema educativo é um importante substancial.

Considerando tais fatores, pode-se afirmar que no currículo se entrecruzam componentes e determinações muito diversas, como: políticas, práticas administrativas e produtivas de diversos materiais, de controle sobre o sistema escolar, de inovação pedagógica.

Partindo desse pressuposto, vale ressaltar que o currículo, com tudo o que ele implica quanto a seus conteúdos e formas de

desenvolvê-los, é o ponto central de referência na melhoria e na qualidade social do ensino, na mudança das condições da prática, no aperfeiçoamento dos professores, na renovação da instituição escolar em geral e nos projetos de inovação dos centros escolares.

O currículo aparece, assim, como o conjunto de objetivos de aprendizagem selecionados que devem dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema numa revisão constante, para que nele se operem as oportunas recomendações (SACRISTÁN; GÓMEZ, 2000, p. 46).

Entende-se que o currículo não é algo estático. Portanto, toda a comunidade escolar deve participar de sua construção, ou seja, professores, alunos, pais, forças sociais, tendências educacionais que levam à mudança de ações ou atitudes relacionadas à realidade contextual dos educandos. “Nem o currículo como algo tangível, nem os subsistemas que os determinam são realidades fixas, mas históricas” (SACRISTÁN; GÓMEZ, 2000, p. 102).

Uma proposta curricular não se fundamenta basicamente nos conteúdos, mas sim no desenvolvimento e na formação de valores, estes estabelecidos pela Rede Divina Providência. Assim sendo, inclui o desenvolvimento de uma percepção coerente e cristã, bem como a capacidade de tomar decisões, a sensibilidade para as questões que afetam a humanidade, o apreço por valores humanos e intelectuais, o estímulo à criatividade, os relacionamentos interpessoais e a capacidade de participar ativa e produtivamente do meio social.

Define-se então como uma moldura organizada que delinea as habilidades e competências em relação aos conteúdos de que os educandos deverão se apropriar e sobretudo construir com base nas informações, as quais farão parte do seu processo de desenvolvimento.

Cursos

Os colégios da Rede Divina Providência oferecem, em suas instituições de ensino, a educação básica, que tem como finalidades “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, p. 9). De forma detalhada as finalidades principais são as seguintes:

I- promover a educação integral da criança, do adolescente e do jovem;

II- ministrar a educação básica sem distinção de cor, sexo, convicção religiosa ou classe social dos alunos, observadas a legislação vigente e as normas especificamente aplicáveis;

III- propiciar o desenvolvimento das potencialidades cognitivas, perceptivo motoras, afetivas, sociais e espirituais do aluno;

IV- oferecer ao estudante a formação necessária para o exercício consciente da cidadania e da competente atividade profissional a ser escolhida, promovendo a compreensão dos direitos e deveres dos participantes da comunidade educativa e a

valorização do respeito, da dignidade e das liberdades fundamentais do ser humano;

V- oferecer condições para o aluno desenvolver competências e habilidades;

VI- oferecer ao aluno condições para que possa ter discernimento para colocar a serviço da comunidade os domínios cultural, científico e tecnológico adquiridos;

VII- orientar o aluno na utilização das linguagens artísticas, filosóficas, científicas e tecnológicas, para que possa exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem das ciências, investigação, reflexão e análise crítica;

VIII- auxiliar o aluno no desenvolvimento integral de sua personalidade e sua participação na construção do bem comum;

IX- oferecer oportunidades para o aluno descobrir o sentido da existência, os direitos e deveres da pessoa humana, da família, dos grupos que compõem a sociedade e o Estado;

X- orientar o aluno na vivência dos valores morais e éticos, segundo os princípios cristãos;

XI- orientar o aluno para o uso sustentável dos recursos naturais e para a preservação do meio ambiente;

XII- orientar o aluno para o exercício consciente da cidadania;

XIII- orientar a utilização e criação de tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;

XIV- orientar o aluno a refletir e argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta;

XV- exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;

XVI- propiciar ações que incentivem a autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

As etapas oferecidas são: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, organizadas do seguinte modo:

Educação Infantil

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)

- Infantil I – 1 ano;

Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)

- Infantil II – 2 anos;

- Infantil III – 3 anos;

Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)

- Infantil IV – 4¹ anos²;
- Infantil V – 5 anos.

Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- 1.º ano – a partir de 6 anos³;
- 2.º ano – a partir de 7 anos;
- 3.º ano – a partir de 8 anos;
- 4.º ano – a partir de 9 anos;
- 5.º ano – a partir de 10 anos.

Ensino Fundamental (Anos Finais)

- 6.º ano – a partir de 11 anos;
- 7.º ano – a partir de 12 anos;
- 8.º ano – a partir de 13 anos;
- 9.º ano – a partir de 14 anos.

¹ É obrigatória a matrícula na pré-escola, segunda etapa da Educação Infantil e primeira etapa da obrigatoriedade assegurada pelo inciso I do art. 208 da Constituição Federal, de crianças que completam 4 (quatro) anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula inicial.

² Completos ou a completar até 31 de março do ano em que se realiza a matrícula.

³ Completos ou a completar até 31 de março do ano em que se realiza a matrícula.

Ensino Médio

- 1.^a série;
- 2.^a série;
- 3.^a série.

Período Integral – Para alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

Atividades Complementares

Com a finalidade de suplementar os estudos oferecidos em sala de aula, bem como propiciar integração entre os alunos, os colégios oferecem atividades complementares para os alunos das diversas séries:

- Projetos interdisciplinares;
- Projetos sociais e de voluntariado;
- Encontros de formação;
- Esporte;
- Viagens pedagógicas;
- Palestras educativas;
- Aulas em inglês;
- Recuperação de estudos;
- Monitorias;
- Feira de ciências e feiras culturais;
- Aulas preparatórias para os principais vestibulares e Enem;
- Vestibulares simulados;
- Olimpíadas desportivas;
- Vereador mirim;
- Retiros e celebrações;

- Eventos cívicos e culturais;
- Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd);
- Infância e Adolescência Missionária;
- Juventude Divina Providência.

Educação Infantil

Como primeira etapa da educação básica, a educação infantil tem como propósito o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, considerando o lado lúdico da criança, integrado à ação da família e da comunidade. Entende-se que a educação infantil compreende os seguintes objetivos:

- Apropriar-se das múltiplas linguagens como forma de comunicação para interagir de forma criativa, crítica e autônoma;
- Posicionar-se em situações do cotidiano, demonstrando habilidade nas interações sociais;
- Entender-se como sujeito histórico situado no tempo e no espaço, interagindo nas relações sociais e nos princípios da cidadania;
- Ter domínio e desenvoltura de suas ações motoras;
- Agir com autonomia perante situações diárias e, assim, firmar sua identidade;
- Vivenciar a religiosidade, compreendendo os valores fundamentais para a vida humana.

Além das finalidades propostas pela Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), este documento busca atender aos direitos de aprendizagens previstos na BNCC e resolução do CNE n.5/2009 que estabelece as diretrizes nacionais para a educação infantil:

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações,

relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Assim, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil tem como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Ensino Fundamental e Ensino Médio

Com base na LDB (BRASIL, 1996), BNCC e Resoluções do CNE que estabelecem as diretrizes nacionais, o ensino

fundamental e o ensino médio dos colégios da Rede Divina Providência apresentam os seguintes objetivos:

- Compreender e utilizar adequadamente a língua como herança e veículo de participação social, interação dialógica, geradora de significação e integradora do mundo e da própria identidade;
- Produzir diferentes textos com clareza, concisão, correção, coerência e coesão, que atendem a diferentes funções comunicativas;
- Desenvolver o conhecimento básico das estruturas gramaticais;
- Reconhecer a variação linguística, respeitando os diferentes discursos, no contexto social;
- Posicionar-se de maneira crítica, questionadora, perante os meios de comunicação nas situações vivenciadas em sala de aula e de seu cotidiano;
- Apropriar-se dos avanços tecnológicos e científicos, por meio do uso de diferentes mídias;
- Construir conhecimentos por meio de pesquisas, análises, reflexões, sínteses, comparações e conclusões;
- Perceber as formas de expressão por intermédio do corpo, da música, da arte, do raciocínio lógico, da expressão oral, dos jogos, nas diversas situações do processo de desenvolvimento integral;
- Vivenciar a religiosidade, buscando a transcendência e a efetiva participação na comunidade de fé, tornando as relações de poder e saber mais fraternas;

- Apropriar-se de novas informações e utilizar os conhecimentos e recursos oferecidos pelas diversas áreas para propiciar um sentido amplo às questões sociais e/ou culturais;
- Transformar os conhecimentos em instrumentos de ação;
- Identificar e respeitar as potencialidades do ser humano e os limites do seu corpo;
- Alcançar as habilidades que uma língua estrangeira requer (oral, escrita, leitura, compreensão auditiva) para que o aluno possa transitar dentro do que a sociedade exige;
- Envolver as necessidades individuais e grupais de todo o meio, mediante análise, comparação, execução de cálculos, dedução e julgamento do raciocínio lógico;
- Posicionar-se nos meios social, cultural e científico, percebendo as relações entre o ser humano e a natureza;
- Entender-se como sujeito histórico situado no tempo e no espaço, interagindo nas relações sociais e nos princípios da cidadania;
- Valorizar a herança histórico-cultural percebendo suas interferências no mundo contemporâneo;
- Compreender as diferentes sociedades e tempos históricos, destacando as relações interpessoais e as relações de poder que se estabelecem na diversidade, percebendo-se como sujeito sensível, atuante, criativo e transformador;

- Compreender as transformações químicas, contextualizando-as de forma que provoquem o entendimento da realidade circundante;
- Utilizar os conhecimentos e tecnologias biológicas por meio de mudanças de atitudes e comportamentos que promovam a sustentabilidade da vida;
- Perceber que o ecossistema se modifica e altera a biodiversidade pelas transformações e interações no meio ambiente;
- Utilizar o conhecimento ecológico para organizar propostas de uso racional dos recursos energéticos e hídricos, na melhoria da qualidade de vida da sociedade atual e das gerações futuras, atuando na transformação e na preservação do meio;
- Fazer a leitura do espaço, utilizando a linguagem cartográfica para melhor compreender as formas de orientar-se, locomover-se e localizar-se na realidade que o rodeia e situando-se como parte do ambiente em que vive. Essa relação deve permitir a sua inserção no mundo do trabalho e torná-lo capaz de intervir no processo sociocultural em que está inserido.

Competências Específicas para o Ensino Médio

Competências Específicas de Linguagens e suas Tecnologias para o Ensino Médio

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os

Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.

4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.

5. Compreender os múltiplos aspectos que envolvem a produção de sentidos nas práticas sociais da cultura corporal de movimento, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.

6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva.

Competências Específicas de Matemática e suas Tecnologias para o Ensino Médio

1. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, ou ainda questões econômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a consolidar uma formação científica geral.
2. Articular conhecimentos matemáticos ao propor e/ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas de urgência social, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, recorrendo a conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.
3. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos, em seus campos – Aritmética, Álgebra, Grandezas e Medidas, Geometria, Probabilidade e Estatística –, para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.

4. Compreender e utilizar, com flexibilidade e fluidez, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas, de modo a favorecer a construção e o desenvolvimento do raciocínio matemático.

5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando recursos e estratégias como observação de padrões, experimentações e tecnologias digitais, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas.

Competências Específicas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias para o Ensino Médio

1. Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e/ou global.

2. Construir e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos

seres vivos e do Universo, e fundamentar decisões éticas e responsáveis.

3. Analisar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

Competências Específicas para Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.

3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Os colégios da Rede Divina Providência, atentos à diversidade inerente ao ser humano, buscam perceber as necessidades educativas especiais e promover o atendimento a elas, dentro de suas condições estruturais e humanas.

A Rede Divina Providência entende a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva como um processo que promove a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de cada aluno, com uma abordagem humanística capaz de responder à diversidade do educando e de perceber o ser humano e suas singularidades.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva dos colégios da Rede Divina Providência baseia-se nos princípios de cooperação, autonomia intelectual e social, na aprendizagem ativa, ética e cidadã.

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O estabelecimento de ensino, nos termos do disposto no artigo 58 da Lei n.º 9.394/96 (LDB), na Resolução CEE/SC n.º 100/2016 (fixa normas para educação especial no sistema estadual de educação de Santa Catarina), Decreto nº 7.611/2011 (Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências) e na Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto do Deficiente), ofertará aos alunos com deficiência, o acesso à educação escolar para o desenvolvimento de suas potencialidades, mediante Apoio Educacional Especializado (AEE) e Plano Pedagógico Individualizado do aluno com identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas. As adequações curriculares do plano envolvem a utilização de recursos especializados, flexibilização

das metodologias de ensino, dos planejamentos, da organização didática para atender a diversidade de todos os educandos.

Na matrícula do aluno com deficiência a solicita-se a apresentação de laudos de avaliação biopsicossocial, realizado por equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme disposto no parágrafo 1.º do artigo 2.º da Lei n.º 13.146/2015, devendo contemplar as seguintes especificações:

I – Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II – Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III – A limitação no desempenho de atividades; e

IV – A restrição de participação (BRASIL, 2015).

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

O acesso aos serviços do AEE está condicionado à apresentação de **laudo de equipe multidisciplinar com descrição de CID e funcionalidades** (graus) para análise da equipe pedagógica da unidade. Destaca-se que é atribuição da Equipe Pedagógica e Psicopedagoga Institucional, mediante recebimento dos laudos interdisciplinares, a avaliação do aluno para encaminhamento aos serviços de AEE da escola.

O estudante com deficiência deve participar de todas as atividades escolares: jogos, atividades esportivas, recreativas e de lazer. As atividades realizadas no ambiente escolar devem ser oferecidas aos alunos com deficiência em igualdade de condições.

O estabelecimento de ensino, nos termos do inciso XIII, do art. 3º, da Lei nº 13.146/2015, ofertará profissional de apoio escolar para as atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência, com atuação em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

O Estabelecimento de Ensino contratará e remunerará, profissional de apoio especializado para a turma na qual o aluno com deficiência estiver inserido, observado o Plano Pedagógico Individualizado do aluno, pelos profissionais especializados da Instituição de Ensino, levando em consideração o grau de impedimentos do aluno com deficiência, na realização das atividades pedagógicas.

O Apoio Educacional Especializado será desenvolvido pela aplicação de currículos, métodos, técnicas, recursos e organização específica conforme apontado nos anexos.

Os currículos do estabelecimento de ensino escolarizam o aluno com deficiência que apresente as características indicadas nas Diretrizes das Práticas da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Rede Divina Providência.

O estabelecimento de ensino aplicará os métodos, as técnicas, os recursos e a organização listados nas Diretrizes das Práticas da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Rede Divina Providência, observadas as limitações consequentes aos impedimentos do aluno com deficiência em escolarização.

A progressão do aluno com deficiência para o ciclo, o ano ou a série subsequente será efetuada pela avaliação que constate a evolução pedagógica mínima, indicada nas Diretrizes das Práticas da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Rede Divina Providência, para o referido impedimento.

O ciclo, o ano ou a série, será estendido a outro período quando na avaliação se constate insuficiente evolução da aprendizagem do aluno com deficiência.

A progressão do aluno com deficiência que apresente evolução na aprendizagem será efetuada independentemente do mínimo pedagógico indicado no ANEXO, quando alcançada a idade limite para permanência no ciclo, no ano ou na série do nível de ensino (temporalidade).

O certificado de conclusão do curso educacional do aluno com deficiência a que se aplicarem uma ou mais das flexibilizações elencadas nas Diretrizes das Práticas da Educação Inclusiva da Rede Divina Providência registrará a locução “terminalidade específica” e “válido com apresentação do histórico escolar”, respeitadas as diretrizes que venham ser estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

O aluno com deficiência que conclua ou que alcance a idade limite para conclusão do nível fundamental será direcionado à educação de jovens e adultos caso apresente evolução pedagógica insuficiente.

Apoio Pedagógico Domiciliar

Haverá possibilidades de apoio pedagógico domiciliar aos educandos impossibilitados de comparecer à escola quando o afastamento tiver amparo na legislação educacional vigente e de acordo com a recomendação do médico assistente.

O afastamento deverá ser comunicado à direção da escola por meio de atestado médico, que deverá indicar o motivo, o CID, a data de início, o término do afastamento (quando possível) e condições físicas e psicológicas para realização de exercícios pedagógicos domiciliares.

O apoio pedagógico domiciliar será oferecido aos educandos que apresentarem incapacidade de frequência às aulas temporariamente, comprovada por atestado médico, sempre que:

- As condições intelectuais e emocionais o permitirem;
- A duração de afastamento não interfira na continuidade do processo pedagógico;
- O período de afastamento for maior que quinze (15) dias;
- Aprovado, o regime de exceção, pela direção da instituição.

O responsável pelo educando impetrará requerimento à direção solicitando tratamento excepcional, amparado na legislação vigente e na solicitação do médico.

Serão oferecidos aos educandos com afastamento temporário comprovado, como compensação da ausência às aulas, exercícios e/ou trabalhos domiciliares semanais ou diários, de forma física, pela Central do Aluno, ou por e-mail, compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades da instituição. Poderão ainda ser sugeridos pelos professores, quando for necessário e/ou possível, links de videoaula para a compreensão dos conteúdos de maior complexidade.

Os pais e/ou responsáveis deverão procurar a coordenação pedagógica para gerenciar o acesso aos exercícios e/ou trabalhos escolares domiciliares a serem desenvolvidos, bem como o cumprimento de prazos, conforme cronograma de atividades, realizado pela coordenação pedagógica e de ensino, de comum acordo entre as partes, para a realização das atividades durante o período de afastamento escolar.

A execução das atividades estabelecidas no cronograma compensará a ausência às aulas, conforme prevê a legislação.

O acompanhamento pedagógico domiciliar não assegura a aprovação automática do educando, o qual ficará sujeito aos critérios de avaliação preconizados no Projeto Político Pedagógico da instituição educacional.

Sistema de Avaliação

Os colégios que integram a Rede Divina Providência entendem a avaliação da aprendizagem como uma ferramenta pedagógica que possibilita uma reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração os sujeitos envolvidos, professor e aluno, e definindo tomadas de decisão.

A avaliação da aprendizagem é uma questão político-pedagógica e deve contemplar as concepções filosóficas de homem, de educação e de sociedade. Entendida como processo transformador, a avaliação pressupõe uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica, no sentido de identificar dificuldades, avanços e resistências. Compete ao professor utilizá-la como instrumento que lhe permita questionar constantemente sua proposta de ensino. Para o educador, a avaliação da aprendizagem talvez seja a circunstância mais forte da ética na didática, pois constitui um momento em que se pode definir a vida do aluno. O seu uso adequado torna flexível o processo de ensino-aprendizagem e possibilita o redimensionamento da prática.

É fundamental considerar que a avaliação deve levar em conta não só o nível de conhecimento do aluno, mas como esse conhecimento pode ser incorporado para que o educando atue sobre determinada realidade, modifique a sua compreensão de mundo e eleve a sua capacidade de participar da sociedade em que vive. Os resultados do processo de avaliação devem levar o aluno a ter confiança em si mesmo, sendo estimulado a prosseguir cada vez mais em busca de novos conhecimentos e ampliar sua visão de mundo.

Esses princípios também são reiterados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998a), de acordo com os quais a avaliação informa ao professor o que foi aprendido pelo aluno, fazendo-o refletir sobre a eficácia de sua prática educativa e orientando-o para intervenções necessárias. Para o aluno, a avaliação informa quais seus avanços, dificuldades e possibilidades.

Diante dessas considerações, a avaliação da aprendizagem tem como referência um conjunto de habilidades, competências, conhecimentos, que os sujeitos do processo educativo constroem com base na ação pedagógica em cada uma das etapas da educação básica dos colégios. Tendo como premissas a formação integral do educando e o compromisso da função social das escolas da Rede Divina Providência, considera-se:

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesmo; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica (CALDEIRA, 2000, p. 122).

Portanto, entende-se a prática da avaliação como um instrumento pedagógico e orientador voltado à aprendizagem do aluno, que é sujeito ativo, partícipe e transformador do seu próprio conhecimento.

Como amparo legal, a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) aponta a avaliação da aprendizagem nos artigos 24 e 31, que se complementam. O artigo 24 orienta os ensinos fundamental e médio, definindo e organizando a avaliação de acordo com essas duas etapas. Já o artigo 31 trata da educação infantil, estabelecendo que a avaliação nessa etapa seja realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção. Faz-se necessário compreender que, nas três etapas da educação básica, a avaliação, o planejamento e o registro estão interligados e relacionam-se constantemente para a concretização da prática pedagógica.

De acordo com a LDB, artigo 24, inciso V, alínea a, “a avaliação deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (BRASIL, 1996).

No que diz respeito à avaliação, a Rede Divina Providência concebe-a como formativa e somativa. Na avaliação formativa tem-se a visão do processo de construção dos saberes do aluno, as diversidades lógicas que ele constrói com base nas intervenções ativas do professor, as quais possuem a finalidade de promover a regulação das aprendizagens, buscando corrigir as dificuldades para resgatar o aluno nesse processo (LUCKESI, 2011). Nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Educação recomenda que na avaliação da aprendizagem o caráter formativo predomine sobre o quantitativo e classificatório.

Na lógica somativa concebemos momentos específicos de avaliação, com finalidade de registrar a aprendizagem do aluno, traduzida em um critério preestabelecido (nota). No que diz respeito a essa lógica, Perrenoud (1989 apud SORDI, 2001) afirma que a lógica somativa: “[...] se relaciona mais ao produto demonstrado pelo aluno em situações previamente estipuladas e definidas pelo professor, e se materializa na nota”.

A avaliação em nossas escolas contempla uma atividade dinâmica e sistemática, que permeia e subsidia a prática pedagógica, por meio de instrumentos funcionais que possibilitam redimensionar procedimentos pedagógicos no atendimento de toda a demanda, visando ao desenvolvimento integral do aluno.

Faz-se necessário destacar que a avaliação precisa ir além da simples verificação de aprendizagem, colaborando para que os professores avaliem sua prática e para que os alunos tenham informações sobre o seu desenvolvimento. Nesse contexto, compreendemos que a avaliação é um recurso fundamental para

a gestão da sala de aula, uma vez que possibilita determinar as necessidades e direcionar a ação educativa no sentido de promover crescimento e superação.

Pensar em avaliação é também pensar e querer uma escola inserida no seu tempo, que aponte para além dele. É ainda pensar uma escola cidadã, formadora de alunos capazes de viver o exercício da cidadania, é fazer uma escola conectada com a sociedade, consciente de seus desafios, com clareza das noções contemporâneas de direito, dever, liberdade, igualdade, uma escola que repense o conceito de educação, sua máxima, e compreenda que educar é uma ação cúmplice de um tempo determinado, sempre apontando para a superação de suas dificuldades.

Nos colégios da Rede Divina Providência, a partir do segundo ano do ensino fundamental até a terceira série do ensino médio, serão considerados os aspectos da lógica somativa para compor o resultado da avaliação. Na educação infantil e no primeiro ano do ensino fundamental, os alunos serão avaliados através de parecer semi descritivo.

Para alunos com deficiência as avaliações serão feitas conforme adaptações, quando necessárias, mediante Apoio Educacional Especializado (AEE) e Plano Pedagógico Individualizado.

Avaliação na Educação Infantil

A educação infantil, nos termos da Lei n.º 9.394/96, será considerada a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, como complemento à ação da família e da comunidade, mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento.

Na etapa da educação infantil, todas as manifestações das crianças, como a sua forma de brincar, de responder aos questionamentos, de se relacionar com o outro, de se expressar, são importantes elementos para o desenvolvimento infantil, bem como instrumentos para o professor pensar a sua prática pedagógica. Com base nessas ações e observações e na análise e reflexão sobre elas, o professor pode proporcionar momentos significativos que venham ao encontro dos interesses e do desenvolvimento da criança. Dessa forma, o acompanhamento do processo de construção do conhecimento dá-se pela observação, pela reflexão e pela ação, atividades fundamentais para o planejamento e, se necessário, replanejamento, com fundamento nas manifestações e necessidades das crianças.

Nesse sentido, a avaliação assume seu caráter formativo. Esse tipo de avaliação deve acontecer de forma contínua e sistemática, baseando-se nas atitudes, no comportamento e nas produções das crianças. Permite conhecer com maior objetividade o processo de aprendizagem infantil e possibilita uma melhor análise mediante as observações sistemáticas

realizadas. No que se refere à avaliação formativa, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, “[...] deve-se ter em conta que não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas” (BRASIL, 1998c, p. 66).

Hoffmann (1996, p. 18) delimita os seguintes pressupostos para que se efetive a avaliação na educação infantil, denominada pela autora como avaliação mediadora:

- a) uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem experienciadas;
- b) um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhe novos desafios;
- c) um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embasador do repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico.

Com tal prática, prioriza-se o processo de ensino e aprendizagem centrado na criança. A avaliação não consiste, portanto, em emitir juízo de valor sobre a criança ou sobre suas atividades, mas na coleta de informação necessária a fim de ajustar e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI – BRASIL, 2010), a avaliação deve ser compreendida como parte do trabalho pedagógico. Assim, os colégios da Rede Divina Providência sistematizam a avaliação da aprendizagem por meio de observações e registros semanais do

desenvolvimento das crianças, que são repassados aos responsáveis, ao término de cada semestre na forma de documento semi descritivo.

Avaliação do Ensino Fundamental (1.º Ano)

Os colégios da Rede Divina Providência sistematizam a avaliação da aprendizagem com base nos objetivos estabelecidos para essa faixa etária, por meio de observações e registros semanais do desenvolvimento das crianças, que são repassados aos responsáveis, ao término de cada trimestre em forma de parecer semi descritivo.

A construção dos conhecimentos relacionados à leitura, escrita e conhecimento matemático é elemento de relevância no processo de avaliação. Além disso, os aspectos socioafetivos, a construção da autonomia e a vivência da cidadania também são muito importantes nesse processo. Os critérios de registro dão-se da seguinte forma:

- a) Adaptação da criança com relação ao ambiente escolar e seu grupo;
- b) Domínio dos conteúdos trabalhados por área do conhecimento;
- c) Socialização com o meio natural e social;
- d) Autonomia em relação às atividades escolares;
- e) Cidadania de acordo com sua faixa etária.

Avaliação no Ensino Fundamental (2.º ao 9.º Ano) e Ensino Médio

Aprender é um processo de construção do conhecimento que envolve, além da informação e da memória, a compreensão, o raciocínio lógico, o estabelecimento de relações e a capacidade de análise da elaboração própria de tal conhecimento. Diante dessa visão, nossa proposta de avaliação é acompanhar o processo de aprendizagem do aluno, buscando registrar sistematicamente informações sobre como, por que e quanto ele aprende. Os diversos instrumentos avaliativos possibilitam verificar as habilidades e competências da trajetória acadêmica no processo de aprendizagem.

Entendemos a avaliação como um processo investigativo e orientador no ensino-aprendizagem; e, sendo global, envolve não só o aluno, mas também o desempenho do professor. Acreditamos que a avaliação deva garantir o avanço evolutivo da aprendizagem e do ensino.

A avaliação do aluno é realizada por meio de diversos instrumentos, em que cada atividade se torna uma dimensão do ato de ensinar e das situações vivenciadas pelo educando, interagindo numa relação pessoal e interpessoal, na motivação do querer aprender.

Adequados ao nível dos alunos e compatíveis com a aprendizagem desenvolvida, são criados momentos privilegiados de estudo, trabalhos individuais ou em grupos, pesquisas, tarefas, atividades em classe e extraclasse, domiciliares e demais

modalidades e formas que se mostrarem aconselháveis e de aplicação possível. Assim, além dos elementos já mencionados, serão realizados provas semanais, e/ou mensais, ou trimestrais, e simulados, conforme o desenvolvimento das atividades pedagógicas, em comum acordo entre alunos e professores.

Acreditamos numa avaliação como instrumento de diagnóstico, vinculada ao processo de ensino-aprendizagem, servindo como feedback não só para o aluno, mas também do trabalho pedagógico do colégio, o que possibilita avaliar e/ou rever constantemente o processo.

Os colégios da Rede Divina Providência adotam **Sistema de Avaliação Trimestral** para o ensino fundamental e ensino médio e **Sistema Semestral** para a educação infantil, sem prejuízo da avaliação diária contínua e sistemática em todos as etapas.

Todas as atividades são adequadas ao nível dos alunos e compatíveis com a aprendizagem desenvolvida.

Avaliação no Trimestre

A média do trimestre será oriunda de provas, realização de trabalhos, relatórios, seminários, observações e outros instrumentos avaliativos. É necessário que o número de avaliações seja proporcional ao número de aulas semanais de cada disciplina, ou seja, a média do trimestre será proveniente de no mínimo três avaliações escritas, para a disciplina que possuir

três ou mais aulas semanais, e de duas avaliações escritas, para a disciplina com duas ou menos aulas semanais.

No fim de cada trimestre, antes de proceder ao cálculo final da média trimestral, será oportunizada uma reavaliação em todas as disciplinas cuja nota substituirá a nota mais baixa obtida no trimestre. Essa nota vai compor a fórmula para a extração da média trimestral, ou seja, entre as notas do trimestre e a reavaliação, será desconsiderada a nota mais baixa para formar a média do trimestre. É importante destacar que a reavaliação não substitui a avaliação e/ou trabalhos escolares não realizados pelo aluno.

Exemplo:

Sejam as notas das avaliações realizadas no trimestre:

$N1 = 7,0$; $N2 = 6,0$; $N3 = 8,0$ e $N4 = 4,0$, e a nota de reavaliação: $7,0$.

Elimina-se a menor nota, que nesse caso é: $N4 = 4,0$, e obtém-se a média.

$$\text{Cálculo da média} = (7,0 + 6,0 + 8,0 + 7,0) / 4 = 7,0$$

Caso a nota da reavaliação seja menor que as demais notas do trimestre, não haverá substituição.

Recuperação da Aprendizagem

Os colégios da Rede Divina Providência promovem diversos meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento, com atuação direta e competente dos seus professores, que desenvolvem estratégias especiais para cada série, com o objetivo de oferecer novas oportunidades para aprender. A lei determina que os estudos para recuperação da aprendizagem, além do seu caráter obrigatório, sejam concomitantes e paralelos ao processo educativo.

As principais estratégias de recuperação da aprendizagem são:

- Projeto personalizado – o professor, juntamente com o coordenador de ensino, deverá criar um plano de estudos para os alunos com dificuldades especiais. Esse projeto terá de envolver os conteúdos a serem estudados pelo aluno, com atividades que apliquem competências e habilidades básicas para o desenvolvimento do aluno naquele período;
- Atividades diversificadas – são atividades desenvolvidas em sala de aula com o objetivo de atender às dificuldades específicas de cada turma. É importante ressaltar que, enquanto o professor estiver trabalhando com os alunos que apresentam defasagens, os outros poderão realizar atividades significativas para progredir em relação aos conteúdos;

- Trabalhos em grupo – após detectar a defasagem dos alunos, o professor poderá convidar os alunos com domínio do conteúdo para auxiliar os colegas com dificuldades;
- Revisão das provas – após cada prova, o professor retoma os assuntos dela, dando ênfase aos conteúdos cujo aprendizado não obteve o resultado esperado. O aluno também pode corrigir a prova como forma de fixar bem o conteúdo;
- Recuperação periódica – o colégio viabiliza, ainda, a recuperação periódica, que será concretizada por meio de aulas extraturno sempre que necessário;
- Recuperação final (Exame ou Prova Final) – os alunos que ainda não obtiverem média terão a oportunidade de participar de aulas especiais de revisão dos aspectos fundamentais dos conteúdos para prosseguirem nos estudos.

Aprovação ao Fim do Ano Letivo

O resultado do ano letivo prevalecerá sobre o Exame ou Prova Final, de acordo com a seguinte sistemática: a média do ano terá peso sete (7,0), sendo atribuído ao primeiro trimestre peso dois (2,0), ao segundo e terceiro, peso dois e meio (2,5), e o exame final terá peso três (3,0).

O aluno que ao fim do ano letivo, tendo cumprido todos os procedimentos trimestrais, obtiver média sete (7,0), de acordo com a fórmula para o cálculo da média anual abaixo, estará dispensado do exame final e será automaticamente APROVADO, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Média Anual} = (1^{\circ} \text{ Trim} \times 2 + 2^{\circ} \text{ Trim} \times 2,5 + 3^{\circ} \text{ Trim} \times 2,5) / 7$$

O aluno que não obtiver média anual sete (7,0) ao fim do ano letivo será submetido ao exame final, devendo obter a média final cinco (5,0) ou superior para ser aprovado. A média final será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Média Anual} = (\text{Média Anual} \times 7 + \text{Nota do Exame Final} \times 3) / 10$$

Será considerado REPROVADO o aluno que:

- I. Obter média final menor que cinco (5,0), em uma ou mais disciplinas, após exame final;
- II. Tiver, em qualquer disciplina, média anual inferior a dois vírgula nove (2,9), após todo o processo de avaliação durante o ano letivo;
- III. Tiver média anual inferior a cinco (5,0) em mais de seis disciplinas;
- IV. Tiver frequência inferior a 75% do total das aulas, conforme dispõe a legislação vigente.

O conselho de classe é soberano para resolver os casos limítrofes e/ou discrepantes.

Segunda Chamada

Poderá ser concedida, de comum acordo com o professor da disciplina e a coordenação de ensino, autorização para realizar segunda chamada para qualquer prova, trabalhos ou tarefas que se destinarem às atribuições de notas ou percentuais.

O aluno que faltar ou chegar atrasado a uma ou mais avaliações programadas pela escola deverá, no prazo de 48 horas após o retorno ao colégio, apresentar à coordenação justificativa escrita, comprovando a falta por motivo relevante e aceitável. Além disso, na data da segunda chamada é necessário apresentar requerimento com a comprovação do pagamento na tesouraria da escola. O aluno que apresentar atestado médico ou atestado de óbito de familiares de primeiro grau estará isento do pagamento da taxa da segunda chamada.

Excetuam-se, para esses casos, as provas de reavaliação e trabalhos escolares.

Revisão de Provas de Exame Final

Os pais e/ou responsáveis pelo aluno devidamente matriculado que desejarem fazer revisão da prova final têm seu direito assegurado, mediante requerimento em formulário específico fornecido pela secretaria, até o prazo máximo de 48 horas após a divulgação das notas. O professor da disciplina fará a revisão da prova na presença dos solicitantes. A direção, a coordenação pedagógica e a de ensino farão o acompanhamento

do processo. O parecer relativo à revisão será arquivado na secretaria do colégio.

Conselho de Classe

O papel fundamental da educação é assegurar as possibilidades de desenvolvimento a todo educando. Busca-se trabalhar a unidade na diversidade sob a luz da realidade, que vem ao encontro da proposta pedagógica das escolas: educar para a vida. O conselho de classe é um dos momentos que concretizam essa proposta.

Participam da reunião do conselho de classe os professores das diversas disciplinas, coordenadores de ensino, coordenação pedagógica, diretoria do colégio e outros convidados pela direção.

Os professores constroem um diagnóstico de cada turma, destacando possíveis dificuldades individuais e propondo alternativas que levem a superá-las. O diagnóstico encaminha a uma reflexão sobre a prática pedagógica em função dos resultados obtidos. Tal reflexão demonstra o direcionamento que se dá em relação ao significado dos conteúdos trabalhados e, conseqüentemente, uma mudança de ação docente, para melhor aproximação com a realidade do aluno. A construção é feita com base nos fatos diários: avaliações descritivas, observações participativas, integração, interação, assimilação, construção, assiduidade, responsabilidades, interesse, honestidade, disponibilidade e outros.

A reunião acontece em quatro momentos:

1.º) Analisar a realidade das turmas conforme diagnóstico apresentado pelos professores das disciplinas: características positivas da turma; aspectos que devem melhorar; possíveis causas do não rendimento e aprendizagem; atitude do professor.

2.º) Checar apresentação da visão dos alunos sobre aspectos que demonstram o crescimento da turma e sugestões sobre o que precisa ser melhorado. Esses dados são coletados por meio de formulário preenchido pelos representantes de turma.

3.º) Julgar as diferentes realidades à luz dos princípios filosóficos e objetivos da escola: como deveriam ter sido nossas atitudes como educadores? O que se fez de concreto para criar melhores condições para a educação?

4.º) Determinar os procedimentos a serem tomados pelos membros do conselho de classe para que, por meio do ensino ou do acompanhamento pessoal, sejam superadas as dificuldades que interferem na formação global dos educandos.

O conselho de classe deve ter como perspectivas:

- A continuidade da aprendizagem;
- A adequação dos conteúdos programáticos à turma;
- A adequação da metodologia de ensino aos conteúdos e aos alunos;
- A consecução dos objetivos propostos;
- O desempenho do aluno e do professor;
- O atendimento aos alunos com mais necessidades;

- A previsão de procedimentos de recuperação;
- A análise das atividades de recuperação paralela, realizadas nesse período, em relação à melhoria do aproveitamento do aluno;
- O desenvolvimento da autoavaliação do aluno e do professor;
- O encaminhamento de medidas pedagógicas a serem tomadas que venham ao encontro das necessidades ou dificuldades levantadas;
- Avaliação global do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido no decorrer do ano letivo.

4. GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Organização e Práticas da Gestão Administrativa

Para cumprir sua missão e objetivos, as escolas organizam-se por meio de sua identidade, funcionamento e estrutura. A gestão administrativa tem como objetivo liderar e coordenar todos os processos existentes, com visão de futuro e desenvolvimento estratégico. Há necessidade de criar um ambiente cujo clima organizacional estimule as pessoas a participar com responsabilidade para a melhoria contínua dos processos.

A Rede Divina Providência desenvolve uma prática de gestão que atende às necessidades de cada colégio sem perder o foco da organização como um todo, tendo como princípios básicos a unidade e o desempenho competente e comprometido dos colaboradores.

Sob a coordenação e orientação da mantenedora, a sustentação e o dinamismo dos diversos processos de gestão são concretizados com a ação comprometida da equipe diretiva da instituição, a quem compete tomar as decisões e liderar os processos de implantação, realização e avaliação.

Os desdobramentos da gestão são implementados mediante alguns critérios de excelência, necessários para orientar as práticas da gestão administrativa:

- **Liderança** – É a força propulsora para o engajamento e comprometimento de todos os colaboradores. Interfere no clima institucional motivando o desenvolvimento pessoal, a iniciativa e a aprendizagem em grupo. Os colégios da Rede Divina Providência exercem sua liderança de forma que todosintonizem e integrem os valores da organização com os valores dos educandos e da sociedade, comunicando a visão e a missão, incentivando melhorias, aprimorando os processos de aprendizado, definindo funções, elaborando projetos, incentivando a participação das pessoas;

- **Planejamento estratégico** – É a ferramenta adotada para estabelecer as diretrizes, as opções estratégicas, as metas a serem alcançadas nos colégios, constantemente atualizada e melhorada, adaptando-se às necessidades e mudanças de contexto. Fundamenta-se na missão, na visão e nos valores da instituição para delinear os macro-objetivos a serem trabalhados, a fim de chegar às metas previstas e almejadas. Cada macro-objetivo se desdobra em diretrizes, metas para serem colocadas em ação e planos cuidadosamente elaborados pela comunidade educativa. São de curto, médio e longo prazo. Os indicadores medem e calculam os resultados alcançados;

- **Sistema de informação e análise** – O processo de gestão administrativa depende, em grande parte, de obter, analisar e

utilizar adequadamente as informações. Na Rede Divina Providência, um sistema integrado entre as unidades estrutura as informações, que são disponibilizadas para análise comparativa e crítica da organização, demonstrando a eficácia nas práticas e métodos da gestão, tanto na área administrativa quanto na área pedagógica;

- **Visão compartilhada, cooperativa e participativa** – Significa construir um senso comum de propósitos. A escola é o lugar onde as pessoas podem fazer a experiência da interdependência. Todos têm autonomia nos seus processos, mas, ao mesmo tempo, estão intimamente comprometidos com a missão da escola. Todos são reconhecidos na sua individualidade, porém unidos seguindo na mesma direção, compartilhando os mesmos resultados e empenhados em responder aos novos desafios;

- **Administração financeira** – Gerencia e administra os recursos financeiros, viabilizando melhorias e novos empreendimentos, buscando a sustentabilidade e permitindo a realização de projetos e investimentos.

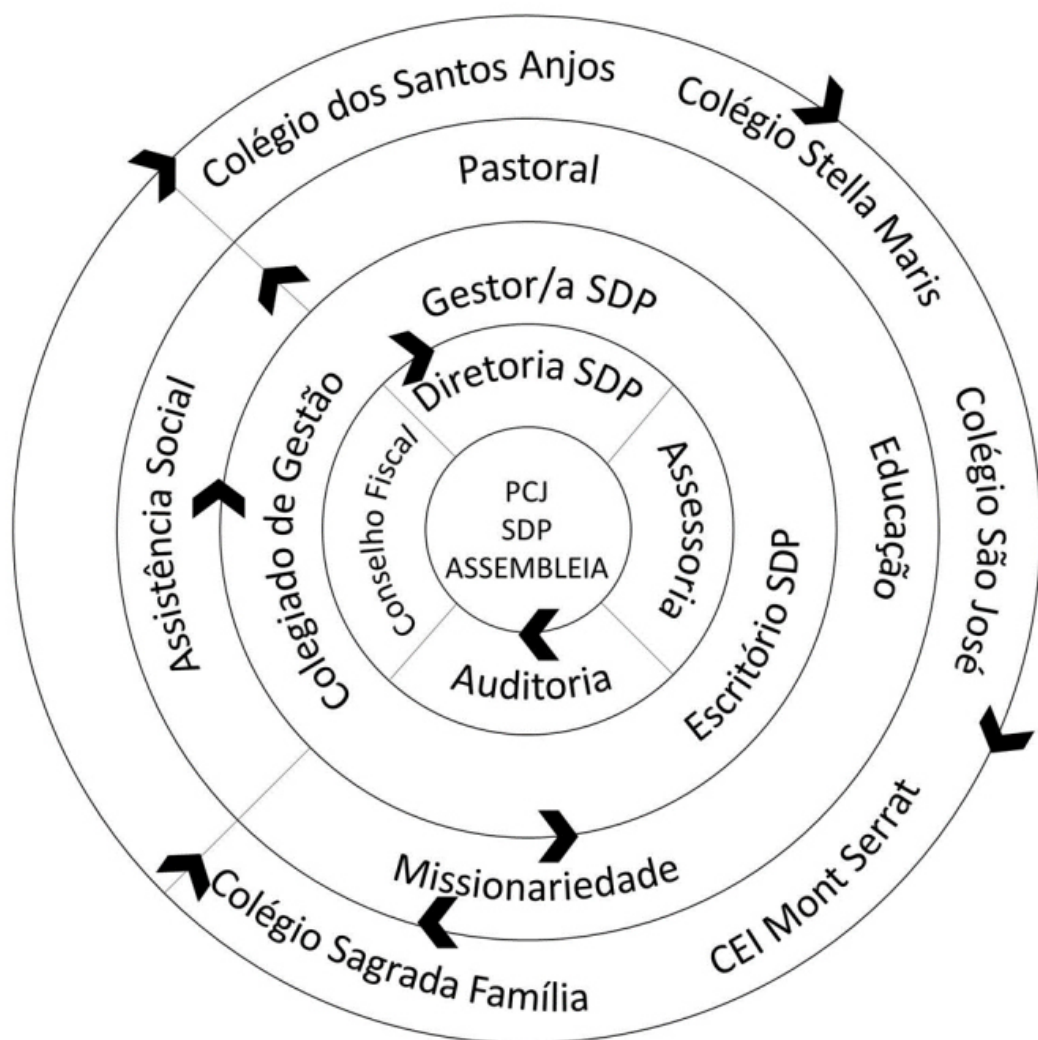
A administração do processo econômico e financeiro ocorre em estreita relação com a mantenedora por meio de sistemas apropriados, os quais fornecem o relatório de indicadores, planilhas de custos, orçamentos e outras ferramentas. O setor de RH é gerenciado por programas específicos.

Como entidade filantrópica, os colégios não visam a lucros em seus empreendimentos, entretanto são necessários recursos para atualização dos profissionais, bem como dos recursos didáticos e tecnológicos, manutenção e melhorias na estrutura física das escolas. É questão de sobrevivência dispor de recursos para investir em melhorias, manter a estrutura física e cobrir todos os custos operacionais sem comprometer o essencial da proposta educacional, da missão de cada colégio.

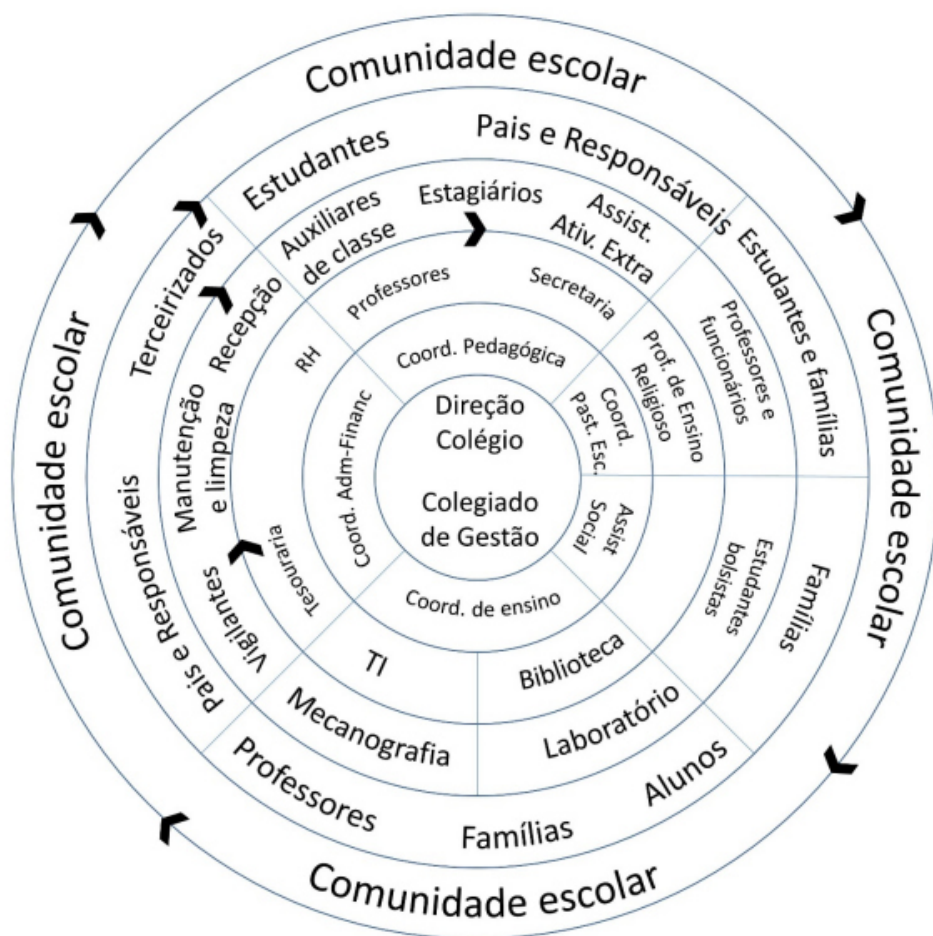
Uma estrutura enxuta, boa manutenção e conservação das dependências e equipamentos, uma equipe disciplinada, ética e comprometida com o trabalho e com a educação, organização e limpeza são requisitos básicos para a garantia dos recursos necessários para a manutenção e a melhoria contínua.

A descrição mais detalhada da organização administrativa da Rede Divina Providência e respectivas atribuições seguem o estabelecido nos documentos Estrutura Organizacional: um ícone da casa luz (2020), Regimento Interno (2021) e Regimento Escolar (2023), este último de cada unidade.

Organograma da Sociedade Divina Providência



Organograma da Unidade



Atendimento ao Aluno

A proposta pedagógica da Rede Divina Providência preconiza a formação humana, fundamentada na ética e no respeito ao próximo, nos direitos humanos, com ampla e permanente compreensão do educando no seu contexto social e familiar. Os alunos são atendidos por profissionais habilitados e atentos às necessidades psicológicas, espirituais e de aprendizagem, em todos os ambientes das escolas, pelo Serviço de Coordenação, Serviço de Pastoral, Serviço de Assistência Social e regência de classe. Em relação ao processo de ensino-aprendizagem, os colégios buscam o incentivo pedagógico, com a participação em atividades de integração, recuperação de estudos, eventos, entrevista com alunos e pais, os quais são chamados sempre que necessário para os devidos encaminhamentos. Toda a orientação é efetuada aos alunos e pais com base no Regimento Escolar, no Projeto Político Pedagógico Pastoral e no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes. Propõe-se o respeito aos direitos dos alunos a fim de que toda a comunidade educativa realize sua missão, em clima acolhedor, harmonioso e interativo.

Capacitação docente

A capacitação docente impulsiona e sustenta o movimento constante da concretização da nossa proposta pedagógica e essa prática é um compromisso da Rede Divina Providência. Ter um grupo de professores forte, com boa formação inicial e continuada, que se mantenha atualizado, com foco na visão de pesquisa é um ponto importante para alimentar boas práticas e bons estudos para toda comunidade escolar.

No contexto em que as metodologias ativas reconfiguram o espaço da sala de aula, da transformação do papel docente, com foco está na aprendizagem por habilidades e competências e há um constante incentivo ao protagonismo estudantil, torna-se essencial um programa de formação continuada para os docentes.

A proposta de capacitação da Rede Divina Providência para toda equipe pedagógica e diretiva está em consonância com nossa missão e valores e esse processo precisa ser feito considerando as necessidades comuns de todo corpo docente e de colaboradores, como as singularidades de cada nível de ensino, de cada área de saber, e problemas específicos que as demandas do tempo porventura nos trazem.

A conexão entre os diferentes setores, etapas e componentes curriculares é mediada nos encontros de formação continuada, na participação de eventos, em reuniões e eventos,

quando docentes dialogam, analisam e refletem sobre o seu cotidiano desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio.

Nesse sentido, o processo de qualificação docente efetivo precisa partir do universo que envolve a prática dos professores: o conhecimento científico, a filosofia institucional, a organização escolar, as implicações do ato de ensinar e de aprender, as inter-relações, as tendências pedagógicas e o momento histórico que está sendo vivenciado.

O maior desafio é manter vivo o interesse e motivação à pesquisa, mantendo a compreensão do profissional da educação como o responsável por seu fazer, por refletir, por descobrir e solucionar os problemas próprios de sua prática. Nesse processo, também é imprescindível que a leitura e a produção escrita estejam presentes, como instrumentos de reflexão, em uma perspectiva dialógica. Portanto, formar professores que reflitam criticamente sobre o seu pensar e o seu fazer, tornando-os produtores de conhecimentos que conduzam para mudanças significativas na sua atividade profissional.

Ressalta-se que o(a) educador(a)-professor(a) da Rede Divina Providência, antes de tudo, busca desenvolver sensibilidade, comprometimento, planejamento, empreendedorismo e providências. Essas características singulares da pedagogia da Divina Providência integram ao seu ofício, como referência para a sua formação ao mesmo tempo que as integra em um processo didático de desenvolvimento de aprendizagens essenciais com os educandos, congregando acolhimento, atenção, ética, estética, excelência acadêmica, maturidade emocional e virtude espiritual.

Nesse sentido, a capacitação docente traz o entendimento de que educação é um processo que se estende por toda a vida, em contínuo desenvolvimento no qual a escola deve promover que seus profissionais tenham continuidade no seu desenvolvimento, na sua atualização e crescimento profissional. Logo, a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e a permanente construção da identidade docente de forma plural são aspectos fundamentais da proposta de formação continuada.

Além das ações previstas no calendário anual da Rede, a capacitação docente acontece, também, nas reuniões por unidade, por ano e individuais, organizadas pelas equipes de cada unidade. Sugere-se, portanto, que as unidades proporcionem ao docente a oportunidade de apresentação de suas práticas fundamentadas por uma ou mais capacitações.

É importante ressaltar que as ações de estudo, viagens para eventos, momentos de debates e compartilhamento das boas experiências e desafios, são oportunidades excelentes para a rede como um todo, de melhoria e de troca de informações e conhecimentos.

Outros momentos de formação, organizados pela Rede ou por outras Instituições, podem ser oferecidos ao corpo docente, de acordo com critérios pré-definidos a partir das demandas dos docentes e em conjunto com as equipes pedagógicas.

Nesse caso, o professor oferece, como contrapartida à Instituição, o compartilhamento das aprendizagens recebidas (material escrito ou apresentação aos colegas). A participação e o envolvimento dos professores no processo de capacitação

interna são dois aspectos da avaliação docente e critérios para a participação dos professores para capacitações externas.

As principais perspectivas da Rede Divina Providência para a capacitação docente são: a garantia de condições de trabalho e de desenvolvimento coletivo, a valorização dos saberes docentes e a autonomia crítico-intelectual de cada professor. Sobretudo, para que tais expectativas sejam alcançadas, é imprescindível que os professores participem das oportunidades oferecidas, sentindo-se estimulados e envolvidos no processo.

Avaliação Institucional

A avaliação institucional age como instrumento de medida para decisões importantes no processo de inovação e conservação de valores – avaliar para medir resultados e gerar diagnósticos. Assim, os colégios desenvolvem sistemas de avaliação para gerar dados que possibilitem a análise interna, externa, comparativa e análise crítica das instituições.

Programam-se várias práticas de avaliação por meio de sistema online, reuniões ou entrevistas:

- Avaliação interna, feita por coordenadores, professores e equipe diretiva;
- Avaliação realizada pelos pais;
- Avaliação feita por alunos de diversas idades;
- Avaliação do aprendizado, mediante índices de controle;

- Avaliação do clima organizacional;
- Avaliação da gestão, por meio dos índices de controle;
- Avaliação do desempenho profissional;
- Avaliação proporcionada pela mantenedora;
- Avaliação de projetos;
- Avaliação do nível de satisfação da comunidade escolar.

Com essas práticas avaliativas, obtêm-se informações para direcionar os recursos que serão aplicados em melhorias do espaço físico, reformas, aquisição de material pedagógico, formação profissional e outros.

Avaliação Interna

Apresenta-se neste documento as diretrizes para avaliação interna da Rede Divina Providência. O processo de Avaliação Institucional busca aprimorar os níveis de percepção da comunidade acadêmica (docentes, tutores, discentes, técnico-administrativos e egressos), mantendo o firme propósito de garantir um espaço educacional de excelência e em constante melhoria.

Ao assumir como compromisso um processo de avaliação interna contínuo busca-se apresentar à comunidade acadêmica os mecanismos para promover a crítica e a autocritica que permitam analisar ações e reformulações, individuais ou coletivas, com o objetivo de melhorar a qualidade no processo educativo de cada unidade e de toda Rede.

O Projeto de Autoavaliação Institucional da Rede Divina Providência, realizado de maneira contínua, democrática e participativa, denota a possibilidade de melhoria nos padrões de qualidade dos serviços prestados, garantindo informações para o aprofundamento do Projeto Político Pedagógico.

Nesse contexto, fica estabelecida a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Rede Divina Providência, comissão responsável pelo Projeto de Autoavaliação Institucional e pela sensibilização, análise, coleta e validação das informações colhidas na comunidade interna, externa, com a participação de todos os setores acadêmicos, transformação e qualificação do processo educacional.

O Projeto de Avaliação Institucional da Rede Divina Providência tem pautado os seguintes princípios e objetivos:

- a) promover constantemente uma cultura de avaliação;
- b) incorporar os atores sociais de forma coletiva, participativa e livre de ameaças;
- c) utilizar os resultados sob os auspícios do rigor acadêmico;
- d) fazer uso das análises dos resultados e encaminhamentos assentados em uma responsabilidade ética.

São objetivos da Avaliação Institucional:

- a) avaliar o projeto acadêmico e político da Instituição, visando a melhoria da qualidade dos seus Cursos, bem

como das atividades desenvolvidas nos Projetos de ensino;

b) fazer um diagnóstico constante de cada Curso, com seus problemas, as mudanças necessárias e as inovações exigidas;

c) sensibilizar os diferentes segmentos para a importância da avaliação como veículo de melhoria da qualidade de ensino;

d) propor encaminhamentos para a melhoria da qualidade do ensino.

Compete à Comissão Própria de Avaliação:

a) elaborar e executar o Projeto de Autoavaliação da Rede;

b) conduzir os processos de Autoavaliação da Instituição e encaminhar parecer para as tomadas de decisões, bem como tornar público o Relatório contendo as informações de interesse da comunidade acadêmica;

c) analisar e sistematizar os dados coletados, obtendo as informações do processo de autoavaliação da Rede, objetivando o aperfeiçoamento didático-pedagógico, a solução de problemas de programas, processos e serviços, mediante a revisão de metas, além do aprimoramento contínuo da qualidade do ensino.

Metodologia

A metodologia do presente projeto está organizada em 4 (quatro) pontos principais: sensibilização, instrumento (elaboração e aplicação) de coleta de dados, análise e validação. Cada um deve estar subsidiado pelo trabalho permanente realizado pela CPA em consonância com a dinâmica da comunidade acadêmica.

Devido à complexidade em que se constitui a comunidade acadêmica, o campo da Avaliação Institucional requer que os recursos metodológicos incorporem tal complexidade. Para tanto, se faz necessária uma heterodoxia metodológica: trata-se de articular dados quantitativos e qualitativos com técnicas diversificadas.

a) Sensibilização

A sensibilização é a ação permanente de incorporação ativa da comunidade acadêmica no processo de avaliação institucional. Os Professores, Estudantes, Colaboradores, Irmãs e Egressos, além de mobilizados em opinar (mediante instrumentos avaliativos) sobre as dimensões que compõem a estrutura da Avaliação Institucional, devem estar engajados nos processos de validação e interpretação dos dados, de modo que os resultados da Avaliação Institucional possam refletir um fiel retrato da Rede. Ressalte-se, ainda, a importância do envolvimento da Direção da Rede e Irmãs da Divina Providência no processo avaliativo, propiciando à Avaliação Institucional

uma legitimidade em suas finalidades, ou seja, possibilitando que as análises e resultados sejam incorporados à condução institucional, servindo de sugestões para a qualidade de ensino e serviços prestados.

b) Instrumento de Coleta de Dados

São 2 (dois) os instrumentos utilizados para a coleta de dados: 1) instrumentos quantificáveis; e 2) instrumentos qualificáveis, quando necessários.

Os instrumentos quantificáveis são aqueles compostos por um conjunto de questões fechadas, cujas respostas são objetivas e passíveis de se traduzirem em termos estatísticos. Por outro lado, os instrumentos qualificáveis são os utilizados para obter informações subjetivas, traduzidas por parâmetros discursivos, como, por exemplo, a análise de discurso. É característica dos instrumentos qualificáveis a composição de um conjunto de questões abertas ou semidirigidas. É importante desenvolver instrumentos que sejam capazes de apoiar o entendimento de toda a realidade escolar e ao mesmo tempo permitam a participação dos respondentes de forma ágil e abrangente na comunidade escolar.

c) Análise dos Dados

A análise dos dados deve estar em consonância com a diversidade de instrumentos de coleta e subsidiada em critérios que legitimem suas conclusões. Para tanto, a análise se desdobra

em duas perspectivas: a) análise dos dados obtidos por meio dos instrumentos e b) análise dos significados produzidos pela comunidade acadêmica, de posse dos dados auferidos nos instrumentos. A análise dos dados requer, antes de tudo, que as informações estejam validadas estatisticamente, no caso de instrumentos quantificáveis, e validadas discursivamente, no caso de instrumentos qualificáveis, conforme critérios adotados pela CPA. Para a análise dos significados, a CPA necessita que o engajamento dos atores institucionais tenha sua densidade realizada por meio de discussões dos resultados obtidos na Avaliação Institucional.

d) Validação

A validação da Avaliação Institucional inclui o processo de análise, como passo concomitante à confiabilidade dos resultados. Desse modo, a validação estatística e discursiva demanda uma coesão com o conjunto do tecido social engajado no processo avaliativo, ou seja, no retorno dos resultados à comunidade, de modo que ela possa consolidar, ou não, os resultados alcançados.

Organização e Funcionamento da CA

A Comissão de Avaliação da Rede Divina Providência é o órgão responsável pela execução do Projeto, perante a Instituição e a Comunidade em geral. Cabe a ela conduzir o

processo de Avaliação Institucional, além de articular as Avaliações Externas aos resultados da autoavaliação.

A composição dos membros da CA é composta pelos seguintes membros:

1 (um(a)) representantes do Corpo Docente

1 (um(a)) representantes do Corpo Discente

1 (um(a)) representantes do Corpo Técnico-Administrativo

1 (uma) representante das Irmãs da Divina Providência

A Coordenação da CA é indicação exclusiva da Direção da Rede Divina Providência. A CA conta, ainda, com uma Secretária Executiva, responsável pela execução das ações planejadas da Avaliação Institucional, bem como pela manutenção de documentos, atas e relatórios atualizados.

Quanto ao funcionamento, a CA realiza reuniões ordinárias, a fim de deliberar a respeito de suas ações, e, em todo início de semestre, a reunião tem por finalidade definir seu Plano de Ação. Em cada final de semestre, a finalidade volta-se para a análise e autoavaliação dos procedimentos realizados no período.

Para atingir todas as dimensões da Avaliação Institucional, a CA realiza avaliações semestrais e anuais, ou seja, há dimensões, categorias e indicadores avaliados semestralmente, e outros anualmente. Do mesmo modo, a comunidade acadêmica participa das avaliações com a mesma periodicidade. Alunos participam da avaliação semestral,

enquanto egressos, professores, técnicos-administrativos e gestores participam de avaliação anual. Esse tem sido o modo de funcionamento da CPA para atingir sua meta, que é produzir Relatórios Anuais das dimensões do Projeto com o intuito de contribuir para a permanente melhoria institucional.

5. Dimensão física

Estrutura Física

Tendo em vista o desenvolvimento integral dos seus alunos, os colégios da Rede Divina Providência apresentam uma proposta educacional motivadora, alinhada aos valores éticos e cristãos, tudo isso aliado a uma estrutura completa, oferecendo o que há de melhor para a formação, desde a educação infantil até o ensino médio.

O espaço físico é planejado para proporcionar aos alunos e professores um clima harmonioso, voltado ao processo de ensino-aprendizagem, oportunizando a construção do conhecimento e a criatividade. Amplas salas de aula climatizadas, arejadas e bem iluminadas, dotadas de móveis adequados a cada faixa etária, compõem a estrutura física necessária para o desenvolvimento das aulas. Os colégios oferecem também laboratórios de ciências, laboratórios de informática, sala de música, artes, dança, gabinetes, ginásio e quadras de esporte, parque infantil, biblioteca, capela, sala de cópias, sala do financeiro e RH, secretaria, salas dos professores, auditório, ambulatório, cozinha experimental, sanitários com acessibilidade, cantina, pátios para recreação e atendimento aos alunos nos intervalos de aulas e salas de atendimento.

6. Metas, ações e responsáveis

O Planejamento Estratégico da Rede, assim como os Planos de Ação das unidades com suas metas, ações e responsáveis estão organizados em documentos anexos a este projeto devido a sua extensão e complexidade. Em síntese, o Planejamento Estratégico com Espiritualidade tem vigência entre os anos de 2018 a 2023 e define nossa missão apresentada neste projeto. O horizonte do PEE está definido em três pontos:

- Viver a confiança ilimitada na Providência do Pai com olhar de esperança, viabilizando a Rede Divina Providência, com sua missão, visão e valores.
- Promover a vida e a formação humana integral de excelência, com profunda vivência dos valores cristãos.
- Ser referência em processos humanizadores referenciados na confiança ilimitada na Providência do Pai e na sustentabilidade.

7. Considerações finais

Ao elaborar o Projeto Político Pedagógico Pastoral, procurou-se estabelecer metas e ações que confirmam a proposta educacional da Rede Divina Providência.

O Projeto Político-Pedagógico, eixo norteador das ações educacionais, remete-nos ao desenvolvimento integral do ser humano, direcionado ao cultivo dos valores cristãos, e à busca pela excelência acadêmica.

Sabe-se, porém, que a educação se faz por meio de um processo participativo, tendo em vista um conjunto de objetivos educacionais significativos para um desenvolvimento educacional de qualidade. Vale dizer que tais objetivos estão expressos na missão e nos valores da instituição, na proposta pedagógica, bem como nos mapas conceituais e quadros de ênfase dos conceitos científicos das disciplinas. Tudo isso significa que, ao estabelecer metas, é preciso ter clareza da organização do trabalho da escola, reforçando as atividades coletivas, coordenando a ação educativa e assim atingindo o seu verdadeiro papel político-pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico Pastoral estabelece condições de reflexão crítica e consciente exercida na vivência com responsabilidade. Para tanto, enaltece-se no decorrer do projeto o diálogo como fator essencial para a comunicação no

processo de intercâmbio de vivências, interações e experiências. Estas determinam ações eficazes nos propósitos de promover mudanças.

Ressalta-se que, para executar o Projeto Político Pedagógico, fazem-se necessários relacionamentos positivos, por intermédio da convivência, partilha, amizade e fraternidade.

Em um processo educacional comprometido com uma sociedade em transformação em que são existentes os valores transitórios e permanentes na educação, é preciso que o ensino se transmute em mecanismo para a modificação integral do ser humano.

Referências

BRASIL. *Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.*

Congresso Nacional ed., Brasília, DF, Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.* Brasília, 2018.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.* Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental., 1998.

CALDEIRA, Ana Maria Salvgueiro. *Ressignificando a avaliação escolar. In: _____. Avaliação e processo de ensino- aprendizagem.* p. 122-129. (Cadernos de Avaliação, 3). ed., Belo Horizonte, Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB, 2000. p. 122-129. (Cadernos de Avaliação, 3).

FUCK, Irmã Clea. *100 anos de história: 1895-1995: Congregação das Irmãs da Divina Providência no Brasil.* 1 ed., Florianópolis, EDEME, 1995.

GOLDING, William. *Senhor das Moscas.* Alfaguara, Alfaguara, 2021.

HOFFMANN, J. *Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.* 11 ed., Porto Alegre, Mediação, 1996.

IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA. *Constituições: Congregação das Irmãs da Divina Providência.* Florianópolis, Congregação das Irmãs da Divina Providência, 2020.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação de aprendizagem: componente do ato pedagógico*. São Paulo, Cortez, 2011.

ONUCHIC, Lourdes de La Rosa, and Marcio PIRONEL. *Perspectivas Para Resolução de Problemas*. São Paulo, Livraria da Física, 2021.

PAPA FRANCISCO. “Carta Encíclica Laudato Si’ do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum.” *Laudato si’ (24 de maio de 2015)* | Francisco, Libreria Editrice Vaticana, 24 Maio 2015, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em 17 Abril 2023.

SACRISTÁN, Gimeno, and Pérez GÓMEZ. *O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre, Artmed, 2000.

SORDI, M. R. L. de. *Alternativas propositivas no campo da avaliação: por que não?* In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. (Orgs.). *Temas em metodologia do ensino superior*. Campinas, Papirus, 2001.

ZOHAR, Danah, and Ian MARSHALL. *QS: Inteligência espiritual*. 10 ed., Porto Alegre, Viva Livros, 2012.



**“O trabalho conjunto
gera uma força indestrutível.”**

Padre Eduardo Michelis

IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA

